



# ontraponto

JORNAL LABORATÓRIO DO CURSO DE JORNALISMO

Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes - PUC-SP

**O DIREITO AO ABORTO  
EM DISPUTA: ENTRE A  
ESCOLHA E A LEGISLAÇÃO  
BRASILEIRA**

# Editorial

O tocar dos bumbos e os cartazes exibidos, nos dias 16 e 22 de abril, em frente à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, não se tratam apenas de mais uma manifestação pontual. O evento produzido pelo Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, evidencia uma estratégia constantemente utilizada pela extrema direita. Criar debates sobre questões políticas em espaços simbólicos e públicos, acompanhados de um forte apelo religioso e moral. Sempre com câmeras ligadas, é claro, afinal os registros servem como munição a ser jogada pelas redes. Recortados e distorcidos, reforçam uma narrativa específica. Ao transformar a pauta em um embate entre valores, “a favor vida” versus “assassinos contra Deus”, o eixo do debate é completamente deslocado.

Tal atuação, não ocorre por acaso. Em entrevista ao Contraponto, o próprio grupo admite a existência de um massivo esforço de mobilização com base na fé religiosa. A intenção é influenciar a opinião pública, conseqüentemente, as decisões políticas. Transformar o aborto em disputa de moral e fé, é deixar de lado as questões de saúde pública e de direitos da mulher. O debate torna-se conduzido por crenças individuais.

Entretanto, o fato é: de acordo com a Organização Mundial da Saúde, proibir o acesso ao aborto não reduz sua ocorrência, apenas faz com que o riscos aumentem. Prova disso é que os procedimentos inseguros continuam sendo uma das principais causas de mortalidade materna que poderiam ser evitadas. Estudo publicado na The Lancet indica que uma significativa parcela das gestações não planejadas, acabam em aborto, sendo ele legalizado ou não. Ignorar dados factuais em nome de crenças particulares não fará com que o problema desapareça, apenas o levará para a clandestinidade.

Em 2020, no Espírito Santo, uma garotinha de 10 anos, vítima de ESTUPRO, teve seu direito ao aborto legal, rodeado de protestos religiosos e tentativas de impedimento, apesar de ter tido autorização judicial para a realização do procedimento. Este é apenas um dos inúmeros casos que mostram de maneira evidente os efeitos colaterais dessa disputa. Meninas e mulheres em situação de extrema vulnerabilidade atingidas pela instrumentalização da religião como estratégia política. Em um Estado laico, garantido pela Constituição Brasileira, o acesso a direitos básicos não deveria ser uma disputa de fé, mas um compromisso público.

*Os textos publicados nesta edição não refletem necessariamente a opinião de todo o corpo editorial do Jornal Contraponto. As reportagens são laboratoriais, produzidas por estudantes do curso de Jornalismo da PUC-SP, e visam estimular o debate sobre os assuntos mais relevantes da conjuntura nacional e mundial.*

## PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

**Reitor** Prof. Dr. Vidal Serrano Nunes Júnior  
**Vice-Reitora** Profa. Dra. Carla Reis Longhi  
**Pró-Reitor de Pós-Graduação** Prof. Dr. Antonio José Romera Valverde  
**Pró-Reitor de Graduação** Prof. Dr. Flávio Mesquita Saraiva  
**Pró-Reitora de Planejamento e Avaliação Acadêmicos** Prof. Dra. Mônica Muniz Pinto de Carvalho  
**Pró-Reitor de Educação Continuada** Prof. Dr. Paulo Sérgio Feuz  
**Pró-Reitora de Cultura e Relações Comunitárias** Profa. Dra. Myrt Thânia de Souza Cruz  
**Chefe de Gabinete** Dr. Leonardo Florencio de Carvalho

## FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES (FAFICLA)

**Diretor** Prof. Dr. Fabio Cypriano  
**Diretora Adjunta** Profa. Dra. Diana Navas  
**Chefe do Departamento de Comunicação** Prof. Dr. Alécio Rossi Filho  
**Vice-chefe do Departamento de Comunicação** Profa. Dra. Vânia Penafieri de Farias  
**Coordenador do Curso de Jornalismo** Prof. Dr. Fábio Fernandes da Silva  
**Vice-coordenadora do Curso de Jornalismo** Profa. Dra. Vanessa de Souza Oliveira

## EXPEDIENTE CONTRAPONTO

**Editora Responsável** Anna Flávia Feldmann  
**Editora Assistente** Anna Cândida Xavier  
**Secretários de Redação** Pedro Bairon e Carolina Zaterka  
**Fotografia** Lívia Soriano e Manoella Marinho  
**Mídias Sociais** Isabela Fabiana, Luis Henrique Oliveira, Daniella Ramos e Inaiá Misnerovicz

### Editorias

#### Cultura e Entretenimento

Amanda Campos e Maria Eduarda Cepeda

#### Espportes

Giovanna Britto e Juliana Bertini

#### Política

Letícia Falaschi e Davi Rezende

#### Ambiental

Vítor Nhoatto e Luane França

#### Internacional

Julia Naspolini e Sophia Aquino

#### Direitos Humanos

Carolina Zaterka

#### Moda

Beatriz Manocchio

#### Comportamento

Julia Barbosa

#### Cidades

Rafael Pessoa

#### Crônicas e resenhas

Nicole Domingos

**CopyDesk** Ana Pires, Beatriz Alencar, Cristiane Gabriel, Isabelli Albuquerque, Juliana Salomão, Laura Lima, Luiza Zequim, Mayara Pereira, Melissa Joanini, Mohara Cherubin, Octávio Alves, Rayssa Paulino, Stefany Santos e Vítor Palhares

**Checgagem de Fatos** Annanda Deusdará, Beatriz Paulino, Júlia Polito, Julia Sena, Mariane Beraldes, Mayara Neudl, Pedro Premero e Thainá Brito

**Ombudsman** Fábio Fernandes da Silva

**Comitê Laboratorial** Cristiano Burmester, Diogo de Hollanda, Maria Angela Di Sessa, Pollyana Ferrari e Vanessa de Souza Oliveira

**Fotografia de capa** Letícia Naísa

**Projeto e diagramação** Alline Bullara

**Contraponto** é o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre, 984 – Perdizes – CEP 05014-901 – São Paulo/SP  
Fone: (11) 3670-8205

Ed. Número 148 – Junho/Julho de 2026

## Comunidade acadêmica

Movimento conservador-cristão faz campanha contra o aborto em frente à PUC-SP.....	4
Semana de Jornalismo da PUC-SP conecta estudantes e profissionais da área.....	5
Da sala de aula para o ar: Jornalismo PUC-SP firma parcerias com grandes veículos de comunicação.....	6

## Política

Quando os livros se tornam alvo de censura.....	7
Crescimento de feminicídios no Brasil escancara falta de segurança.....	8

## Ambiental

Como as guerras afetam o meio ambiente.....	13
---	----

Brasil supera EUA em ranking de democracia.....	10
Crise alimentar precariza o cotidiano argentino.....	11
Peru acumula presidentes destituídos e vive desgaste na democracia.....	12

## Internacional

## Direitos humanos

“Sofrimento continua na escuridão”: Sudão e a guerra esquecida.....	14
--	----

## Cidades

Rios afundam sob o concreto de São Paulo.....	16
A “Boca do Lixo”: da ascensão à queda.....	18

## Comportamento

A falta de alfabetização plena ajuda a explicar por que ler ainda é privilégio no Brasil.....	20
O que causa a queda no número de usuários dos aplicativos de namoro?.....	22

## Moda

Rio Fashion Week reacende debates sobre centralização, influência digital e identidade.....	19
---	----

## Entretenimento e cultura

Zumví: um arquivo contra o esquecimento.....	23
O feminicídio que a tela não explica.....	24
Misoginia em músicas reflete como a sociedade enxerga figuras femininas.....	25
A nostalgia como moeda de troca para a produção cinematográfica.....	26
Michael estreia no Brasil com plateias lotadas e críticas negativas.....	27
“Dois de Nós”: expõe crises e dilemas do casamento moderno.....	28
Ligue os pontos: Angine de Poitrine desafia a lógica da música moderna.....	29

## Esportes

Desinteresse pela Copa aumenta entre os brasileiros.....	30
“A bruxa está à solta”: número de jogadores lesionados pré-copa desfalca seleções.....	31
Clássico Juvenal: rivalidade de bairro mantém vivo o futebol raiz.....	32
Corridas da Fórmula 1 são canceladas em meio ao conflito no Oriente Médio.....	33

## Resenhas e crônicas

Glória e Rejeição.....	34
Crônica: Educando para serem humanos.....	35

# Movimento conservador-cristão faz campanha contra o aborto em frente à PUC-SP

Grupo realizou atos em frente ao campus Monte Alegre e tentou atrair apoiadores com discursos religiosos e cartazes antiaborto

Por Anna Cândida Xavier, Davi Madi e Gianna Flores

Nos dias 16 e 22 de abril, integrantes do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO) realizaram manifestações em frente ao campus Monte Alegre da PUC-SP. Com bumbo, gaita de foles, estandartes e cartazes com mensagens antiaborto, o grupo entoou cânticos e discursos “a favor da vida” e em defesa da “tradição, família e vontade de Deus” (sic). O ato fez parte de uma campanha nacional da organização contra o aborto. Em São Paulo, também ocorreram manifestações em frente às universidades Mackenzie e Cásper Líbero.

O IPCO é uma associação fundada por discípulos de Plínio Corrêa de Oliveira e tem como objetivo propagar seu legado. Segundo o site oficial, a organização busca dar continuidade ao seu trabalho de mobilização social e preservar os pilares da moral católica tradicional. Na página oficial, a organização também convoca novos voluntários com mensagens como: “Ajude-nos a manter o Brasil livre do Aborto, da Agenda Homossexual e do Comunismo!”

Plínio Corrêa de Oliveira foi um pensador e líder católico conhecido pela defesa dos princípios conservadores da Igreja e pelo anticomunismo. Em 1960, ele fundou o Conselho Nacional da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Em entrevista ao **Contraponto**, Paulo Américo, membro do IPCO, conta sobre os princípios e propósitos da associação. “O Instituto tem o objetivo de difundir e propagar a doutrina católica tradicional, nas questões socioeconômicas e da família”. Américo explica que os atos nas universidades são somente uma das frentes do Instituto. “Fazemos divulgação de livros, manifestos, abaixo assinados, formação cultural, intelectual, histórica e de doutrina católica para jovens, e com isso formamos grupos para campanhas públicas”.

Paulo foi um dos encarregados pela campanha em frente à PUC-SP. Ele afirma que a escolha de manifestar-se em frente a universidades está relacionada tanto ao perfil do público, quanto à visibilidade do espaço. “A intenção é levar o debate para a classe pensante da sociedade”. Segundo Américo, buscam “contatar as pessoas que já são contrárias ao aborto e fortalecê-las em sua posição, encorajá-las a não titubear”. Também faz parte da estratégia apresentar o Instituto a homens universitários para que virem voluntários.



Cartaz anti-aborto do IPCO é alvo de ovos

Nas duas ocasiões em que a campanha ocupou a Rua Ministro Godói, em frente à universidade, a reação predominante dos estudantes foi negativa. Alguns alunos chegaram a arremessar ovos contra os integrantes do movimento. Paulo Américo classificou a postura como contraditória. “A PUC tem uma tendência esquerdista, mas, se é uma Pontifícia Universidade Católica, o normal seria que a maioria se manifestasse contra o aborto”. Ainda segundo ele, os estudantes favoráveis à legalização representam uma “minoria que faz barulho”, enquanto “a maioria da população é a favor da vida, mas não se manifesta”.

Conforme pesquisa realizada pelo PoderData em 2026, 68% dos brasileiros são contrários à liberação do aborto, enquanto somente 22% afirmam ser favoráveis à liberação do procedimento no país. Atualmente a legislação brasileira garante o direito ao aborto em três ocasiões: quando não há outro meio de salvar a vida da gestante; quando a gestação é resultado de estupro; quando houver anencefalia fetal, condição que impede o desenvolvimento do cérebro do feto.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), restringir o acesso ao aborto não reduz o número de abortos realizados, mas afeta a qualidade do procedimento e a saúde da gestante. Segundo pesquisa publicada na revista acadêmica *The Lancet*, 63% das gestações indesejadas terminam em aborto. A OMS compreende que o aborto inseguro representa um

risco de vida para as mulheres e estabeleceu diretrizes para a realização adequada da cirurgia.

Paulo Américo afirma que a estratégia do IPCO é tratar o aborto como uma questão religiosa. “Quando o problema é tratado como uma questão de consciência, algo contramoral, um pecado, uma ofensa a Deus, a maioria da população se engaja”. Segundo ele, a intenção do movimento é impedir o avanço de propostas favoráveis à ampliação do direito ao aborto e pressionar parlamentares no Congresso Nacional.

Gisele Cristina Pereira, coordenadora da organização Católicas pelo Direito de Decidir, entende que a proibição do aborto expõe mulheres a procedimentos inseguros e realizados sem assistência médica adequada. Segundo a ativista, mulheres em situação de vulnerabilidade social são as mais afetadas. Para ela, a falta de informação e de acesso seguro cria um cenário de complicações e mortes evitáveis.

As Católicas pelo Direito de Decidir é uma organização sem fins lucrativos formada por mulheres católicas que defendem os direitos sexuais e reprodutivos a partir de uma interpretação da fé cristã. Gisele afirma que é possível defender os direitos reprodutivos, ser feminista e manter a fé cristã. Segundo ela, muitas mulheres se sentem acolhidas ao compreender essa possibilidade. “É possível conciliar a luta por direitos e a fé, a partir de um lugar que não é o que a hierarquia hegemônica prega”.

Além disso, a coordenadora ressalta que o Brasil é um Estado laico, o que significa que as leis não devem ser orientadas por princípios religiosos específicos. Para ela, “o aborto pode ser considerado um crime dentro da ordem religiosa, mas a fé individual não deve servir de base para o ordenamento público”. A ativista defende que o Estado laico garante tanto a liberdade religiosa quanto o acesso pleno a direitos. “Uma coisa é uma pessoa individualmente não acessar um direito. Outra é impedir que outras pessoas tenham acesso a ele por meio da instrumentalização da religião”.

Gisele também relaciona o debate sobre o aborto às estruturas de poder. Segundo ela, grupos católicos fundamentalistas tentam preservar “privilégios patriarcais” por meio do controle sobre o corpo feminino. Dessa forma, conclui Pereira, “esses movimentos são movidos muito mais por interesses políticos e econômicos do que, de fato, por uma visão de fé”.

# Semana de Jornalismo da PUC-SP conecta estudantes e profissionais da área

Com debates sobre esportes, política, cultura e comportamento, iniciativa ampliou horizontes dos alunos do curso

Por Carolina Zaterka, Giovanna Britto, Maria Eduarda Cepeda

Entre os dias 11 e 15 de maio, a PUC-SP recebeu a 48ª Semana de Jornalismo. O evento contou com diferentes temas, desde cultura e comportamento até política e esportes. Promovido pelo Centro Acadêmico Benevides Paixão (Benê), a programação estimulou a participação dos estudantes do curso de jornalismo de diferentes semestres, com o intuito de debater temas relevantes, explorar as diversas áreas da profissão e promover trocas entre os convidados e a comunidade acadêmica.

A programação contou com duas mesas por dia, uma pela manhã e outra à noite. A abertura foi realizada por Camila Brandalise, Margarete Castilho, Chris Flores e a professora Rosane Borges, debatendo sobre como o jornalismo de comportamento molda o feminino. Horas depois, os alunos da universidade receberam Amanda Audi, Laura Kotscho, Jennifer Mendonça, para discutir a cobertura de casos de feminicídio e o movimento Red Pill no jornalismo. A mesa analisou a postura da mídia e a abordagem utilizada em casos de violência, as convidadas afirmam que pautas como essas exigem cautela e respeito.

Evento tradicional do curso, a Semana de Jornalismo é fundamental para a faculdade e para os universitários e entusiastas dos temas. Além de incentivar trocas necessárias sobre os principais assuntos e vertentes da profissão, os alunos podem conversar diretamente com quem já vive no mercado profissional diariamente. Debater com profissionais sobre coberturas de eventos, ano eleitoral, ética e técnicas de entrevistas, complementa o trabalho do corpo docente e aproxima os estudantes da realidade jornalística.

Em um ano movimentado pelos principais eventos do mundo, as mesas "Cobertura do Poder Judiciário", "Ano eleitoral: o jornalismo nos bastidores da política" e "Copa do Mundo 2026: os desafios da cobertura além das quatro linhas" estimularam uma visão mais profissional para os próximos compromissos nacionais. Em situações desse porte, os especialistas lidam com grande volume de informação, pressão, exigências e necessidades do público. Trocas a respeito desses temas preparam os futuros comunicadores para interagir da melhor forma possível no cenário jornalístico.

A Semana de Jornalismo também evidencia como a formação universitária não se limita ao aprendizado técnico. Em um cenário em que a informação circula de maneira cada vez mais fragmentada e

acelerada, os debates mostraram a necessidade de um jornalismo capaz de interpretar contextos, lidar com contradições e compreender os impactos sociais da própria cobertura. Ao decorrer das mesas, ficou evidente que a prática jornalística envolve decisões éticas constantes: desde a escolha de fontes até a maneira como determinados grupos e acontecimentos são retratados.

Na mesa "Brasil no Oscar", as convidadas Luiza Vilela, Fernanda Talarico, AnnyCaroline Guerrero, mediada pela aluna Amanda Furniel, colocaram em cena a identidade e poder cinematográfico brasileiro, refletindo sobre a cultura nacional. A mesa "O papel do Jornalismo cultural no teatro musical", intermediada pelo professor Diogo de Holanda, convidou os especialistas Larissa Castilho, Isabel Branquinha, Ubiratan Brasil e Marília Di Dio a discutirem diferentes vertentes de uma área multifacetada, que abrange criação, ensaios e a relação entre artistas.

Ainda como destaque, vale ressaltar a mesa "Jornalismo, arquitetura e urbanismo" com os nomes Priscila Mengue e Gisele Alexandre, junto ao professor Julio Wainer, que trouxeram luz a um tema pouco explorado até então: a relação da imprensa com a promoção de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida na cidade.

A presença de profissionais com trajetórias e áreas de atuação distintas permitiu que os estudantes tivessem contato com perspectivas diversas sobre a profissão. As discussões não ficaram restritas aos bastidores do mercado, mas abordaram também questões estruturais que atravessam o jornalismo atualmente, como a lógica das plataformas digitais, a pressão por engajamento, a transformação das rotinas produtivas e os limites entre informação, opinião e entretenimento. Isso contribuiu para que a comunidade acadêmica desenvolva uma visão menos idealizada e mais concreta sobre a profissão que estão ingressando.

Outro aspecto importante foi o contato entre estudantes de diferentes semestres. A Semana de Jornalismo cria um espaço em que experiências, inseguranças e expectativas acabam compartilhadas de maneira mais espontânea. Para muitos discentes, especialmente os calouros, essa troca ajuda a tornar a profissão menos abstrata e



© Beatriz Barboza

Mesa "Entre a cena e a notícia: O papel do Jornalismo Cultural no Teatro Musical" com os convidados, Larissa Castilho, Isabel Branquinha, Ubiratan Brasil, Marília Di Dio, e o mediador, Diogo de Holanda

aproxima a formação acadêmica das discussões e dilemas que aparecem diariamente no exercício do jornalismo.

Já nas montagens das mesas, alunos do primeiro semestre podem experimentar a procura dos convidados e relacioná-los com os temas escolhidos para a Semana. Este contato direto os prepara para os futuros desafios no ambiente de trabalho, acompanhando de perto as responsabilidades do mundo jornalístico.

Em algumas mesas, ex-estudantes tiveram a oportunidade de participar como convidados. Foi o caso de Gabriela Biló, Hadass Leventhal, Luiza Vilela e Gabriel Alberto, formados em jornalismo pela PUC-SP. Esse retorno para a universidade é um marco pessoal e profissional para muitos convidados, pois transforma a universidade em um ponto de referência, para o qual podem voltar, continuar a aprender e ensinar futuras gerações.

"É muito gostoso sempre voltar para a PUC, eu adoro. É muito legal estar aqui de volta e ver o brilho dos alunos, das pessoas que vieram falar comigo ao final da mesa. Fico muito feliz", disse Leventhal. "Para mim é um privilégio vir aqui falar com a nova geração de jornalistas, espero encontrá-los futuramente pelo Salão Verde e pelos corredores do Supremo e do Palácio", pontuou Biló ao expressar sua gratidão por voltar à universidade,

Assim, ao fim dos cinco dias de evento, a 48ª Semana de Jornalismo cumpriu mais uma vez o seu papel de explorar todos os caminhos possíveis dentro da profissão e motivar os alunos para os seus próximos passos.

# Da sala de aula para o ar: Jornalismo PUC-SP firma parcerias com grandes veículos de comunicação

*Iniciativas recentes ampliam vivências fora da universidade, inserindo alunos do curso em experiências e ambientes profissionais*

Por Cristiane Gabriel e Kaleo Ferreira

No último ano, a graduação em Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo intensificou sua conexão com o mercado de comunicação ao abrir novas frentes de atuação para os estudantes. As ações permitem contato direto com a rotina de redações e produções jornalísticas, ampliando a formação prática e aproximando os futuros profissionais dos desafios da carreira.

Segundo Fábio Fernandes, coordenador do curso, a aproximação entre universidade e veículos de comunicação acontece de forma natural. Em 2025, o curso de Jornalismo da PUC-SP foi considerado o melhor do Brasil, entre as universidades particulares, no ranking da Folha de S. Paulo. O coordenador afirma que muitas das iniciativas surgem a partir do interesse dos próprios veículos em estabelecer parcerias com a universidade.

Tais iniciativas inserem os alunos em ambientes reais de produção jornalística, como o Giro das Universidades, exibido no Canal Futura, e o Universidade no Ar, da Rádio CBN. Essas oportunidades permitem que participem e acompanhem diferentes etapas do processo produtivo, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades práticas durante a graduação. Outro marco foi a participação de estudantes no tradicional programa Roda Viva, da TV Cultura.

A parceria com o Canal Futura, por exemplo, já trouxe resultados concretos para os estudantes. Quatro produções desenvolvidas por alunos da universidade foram selecionadas para exibição no projeto "Giro das Universidades", dando a elas circulação nacional. A iniciativa permite que os estudantes vivenciem todas as etapas da produção audiovisual, desde a apura-



Estudantes de Jornalismo durante participação no programa Roda Viva, iniciativa que tornou a PUC-SP a primeira universidade a levar alunos para integrar a bancada do programa

ção até a edição final, em um formato que aproxima a rotina acadêmica das exigências do mercado televisivo. A visibilidade alcançada representa ainda uma oportunidade de reconhecimento profissional logo nos primeiros anos de formação.

Para o coordenador, os projetos também funcionam como uma vitrine da produção universitária. Segundo ele, as parcerias costumam solicitar trabalhos de alunos para divulgar a produção universitária, algo que considera muito importante. "Nós temos alunos que estão fazendo um trabalho de excelência e nada mais justo do que mostrar esse trabalho ao público geral".

Na parceria com a Rádio CBN, renovada até o final de 2026, os alunos participam do projeto Universidade no Ar, produzindo reportagens sobre temas de relevância social e cultural. Esse contato direto com os padrões editoriais de uma das principais emissoras jornalísticas do país oferece aos estudantes experiência prática em apuração, produção de roteiro e adaptação de conteúdo para linguagem radiofônica.

Mais do que uma atividade complementar, às iniciativas consolidam um modelo de formação que busca integrar teoria e prática, ampliando as possibilidades de inserção dos futuros jornalistas em um mercado cada vez mais dinâmico e competitivo.

O interesse do mercado em estabelecer esse tipo de relação com a universidade tem crescido nos últimos anos, como pontua Fernandes. "Quase toda semana nós temos convite de algum veículo para que os alunos participem de algum jeito."

Outro destaque desse movimento de aproximação com o mercado é a inserção de alunos na bancada universitária do Roda Viva, referência no jornalismo televisivo brasileiro. A experiência permite que os estudantes acompanhem de perto todas as etapas que antecedem uma grande entrevista, desde a pesquisa sobre o convidado até a formulação das perguntas que serão levadas ao ar.

Estar nesse ambiente exige domínio sobre o tema em debate, senso crítico e ra-

pidez de raciocínio, características fundamentais para a atuação profissional. Para os futuros jornalistas, trata-se de uma vivência que ultrapassa o espaço acadêmico e oferece contato direto com as exigências práticas de uma produção jornalística de alcance nacional.

A parceria com o programa deve continuar nos próximos meses. Segundo Fábio Fernandes, a direção do Roda Viva já demonstrou interesse em ampliar a participação dos estudantes e uma nova turma pode acompanhar as gravações entre junho e julho.

Para além da vivência prática, essas iniciativas também atendem a uma demanda do próprio setor por renovação editorial e aproximação com os novos públicos. De acordo com o DataSenado, 54% dos brasileiros já têm os meios digitais como principal fonte de notícias.

O que leva a projetos, como o Universidade no Ar, da CBN, permite que emissoras incorporem reportagens produzidas a partir de recortes e temas que circulam no ambiente universitário, como debates sobre pressão estética, comportamento e transformações sociais, pautas que muitas vezes têm forte repercussão entre públicos mais jovens.

No caso do Roda Viva, a presença de estudantes na bancada insere novos questionamentos e perspectivas na dinâmica do programa, tradicionalmente reconhecido pelo debate político e social.

Segundo o coordenador, a PUC-SP segue buscando ampliar suas frentes de atuação, inclusive no campo do jornalismo digital. "O jornalismo digital é uma parte em expansão do jornalismo, mas ainda não temos nenhuma parceria específica.", afirma.

Nesse cenário, iniciativas ao ambiente digital podem ampliar a preparação dos estudantes para um mercado cada vez mais conectado às plataformas online. Segundo o relatório 2025 do Reuters Institute for the Study of Journalism, 84% da população brasileira tem acesso à internet e o consumo de informação por plataformas digitais e redes segue em crescimento.



© Fonte: FUNDASP

Parceria com a CBN seleciona alunos do curso e possibilita que seus trabalhos sejam exibidos em rede nacional

# Quando os livros se tornam alvo de censura

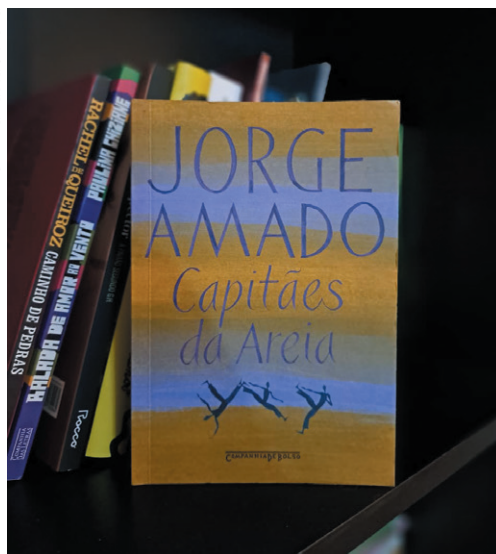
Tentativas de retirar obras como *Capitães da Areia* do ambiente escolar preocupam professores e pesquisadores

Por Anna Paula Silveira, Hudy Ferreira e Maria Clara Aoki

Em julho de 2025, durante uma sessão na Câmara Municipal de Itapoá (SC), a vereadora Jéssica Lemoine, pelo Partido Liberal (PL), propôs a retirada do livro “Capitães da Areia” das escolas da rede pública do município. Segundo ela, a obra “promove a marginalização infantil, romantiza o estupro e a relação sexual entre adultos e crianças”.

A parlamentar afirma que pais estariam preocupados com o uso do livro como material didático, uma ferramenta de “infiltração da esquerda”, e classificou a obra como inadequada para alunos do 7º e 8º ano. A censura de livros nas escolas da rede pública se tornou pauta de grupos conservadores, que afirmam que obras como *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, seriam capazes de estimular a entrada de jovens no crime.

© Anna Paula Silveira



Livro “Capitães da Areia”

Em contrapartida, professores defendem que esse tipo de literatura funciona como espaço de identificação para alunos que vivenciam realidades semelhantes e como uma ferramenta de compreensão crítica das desigualdades sociais.

No romance, Jorge Amado retrata o cotidiano de meninos em situação de rua em Salvador na década de 30, que sobrevivem de pequenos roubos. A obra denuncia a violência estrutural a partir da brutalidade policial e do abandono estatal. O autor enfatiza a vulnerabilidade dessas crianças, que preferem a liberdade das ruas a violentos reformatórios que, junto da fome e da miséria, foram postas em segundo plano em discursos da extrema direita. Em um dos trechos da obra,

o autor questiona: “Que culpa eles têm? (...) Quem cuida deles? Quem os ensina? Quem os ajuda?”.

Nos ataques coordenados ao livro, internautas e políticos tomam a narrativa do crime e dos abusos sexuais, apresentados no livro como algo indevido aos jovens, descartando o restante do contexto e a conscientização trazida pelo clássico.

Em entrevista ao **Contraponto**, a professora e escritora Danielle Moura Ramos, autora do livro “Vozes do silêncio”, afirma que obras como a de Jorge Amado ainda refletem a realidade de jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade. Em sua visão, muitos desses alunos enfrentam o preconceito, exclusão social, a fome e a miséria, que os levam a se envolver no crime e no tráfico de drogas como uma forma de sobrevivência. “Cada vez menos, os adolescentes recebem formação cultural e isso os tornam cada vez mais fáceis de serem manipulados politicamente”, destacou.

Segundo a professora, “os livros refletem a realidade que grande parte da sociedade sofre e isso funciona como uma denúncia”. No ambiente escolar, ela percebe que a grande maioria dos alunos de 12 a 16 anos não consegue defender seus pontos de vista e expõe sua preocupação mencionando a falta de incentivo à leitura por parte do governo e o fechamento de muitas bibliotecas públicas: “Sem leitura, não há pensamento crítico”.

O professor universitário e cientista político, Paulo Niccoli Ramirez analisou, em entrevista ao **Contraponto**, que essas práticas da chamada “extrema direita” se aproximam dos governos autoritários e fascistas do século passado, que queimavam livros para impor suas ideologias segregacionistas e privar o pensamento crítico. Segundo ele, essa dinâmica mostra que “o que ocorre agora é a disseminação ideológica para privar a criticidade do pensamento e alienar o ser para o trabalho barato”.

Ao contrastar as diferenças entre direita e extrema direita, Paulo explica que a direita atua dentro de um modelo democrático, defendendo determinadas pautas políticas e econômicas e, em alguns casos, mantendo abertura para a diversidade. O extremo do espectro, por sua vez, se caracteriza por posições radicais, autoritárias e antidemocráticas.

Nesse contexto, minorias, como comunidades LGBTQIA+, populações racializadas e grupos religiosos específicos, frequentemente se tornam alvo de estereótipos culturais e discursos que os associam à criminalidade ou à “degeneração



Livros de biblioteca pública descartados na caçamba pela prefeitura de Osasco

© Instagram – Moradores da região

moral”. Esse processo de estigmatização pode gerar impactos concretos no âmbito educacional, contribuindo para práticas de exclusão e marginalização dessas populações

Segundo o professor, os atos e discursos promovidos pela extrema direita colocam em xeque o crescimento e o desenvolvimento da educação brasileira, que no contexto atual da polarização política no país, refletem diretamente nas escolas, principalmente de rede pública. Ele pontua que famílias conservadoras intervêm na educação ao defender a moralidade tradicional, sem considerar a pluralidade social, além de questionarem frequentemente os debates morais e sociais nas instituições de ensino.

Para ele, esse movimento impacta diretamente a formação crítica dos estudantes e limita o espaço de reflexão dentro das salas de aula, exaltando sua preocupação quanto ao pensamento autônomo e criativo dos jovens. “Elas [crianças] não podem pensar, apenas dizer sim”, finaliza.

A fome e a miséria enfrentadas pelas crianças e denunciadas no livro de Jorge Amado, refletem a realidade de milhares de estudantes no contexto político atual. No entanto, enquanto a extrema direita inibe o desenvolvimento da análise crítica de menores, ela reproduz o analfabetismo político.

O centro desse debate ultrapassa as páginas e revela uma disputa maior: a de quais histórias podem ser contadas e quais juventudes têm o direito de se reconhecerem na literatura. Ao tentar silenciar obras, autores e personagens, não se censura apenas palavras, mas também possibilidades de compreensão do mundo. Em um país marcado por desigualdades históricas, a escola e a literatura seguem como espaços de reflexão e pertencimento capazes de formar leitores que questionam e buscam novos futuros para transformar a realidade.

# Crescimento de feminicídios no Brasil escancara falta de segurança

Números demonstram necessidade de maior proteção às mulheres

Por Chiara Abreu, Daniella Ramos, Isabella Damião, Lara Manasseh e Maria Mielli

Nos três primeiros meses de 2026, o Brasil registrou uma alta de 7,5% no número de feminicídios, o que corresponde à uma mulher sendo assassinada a cada 5 horas e 25 minutos, segundo os dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O levantamento também mostra que, só no estado de São Paulo, essa crescente foi de 41%, sendo, em média, 1 mulher morta a cada 25 horas.

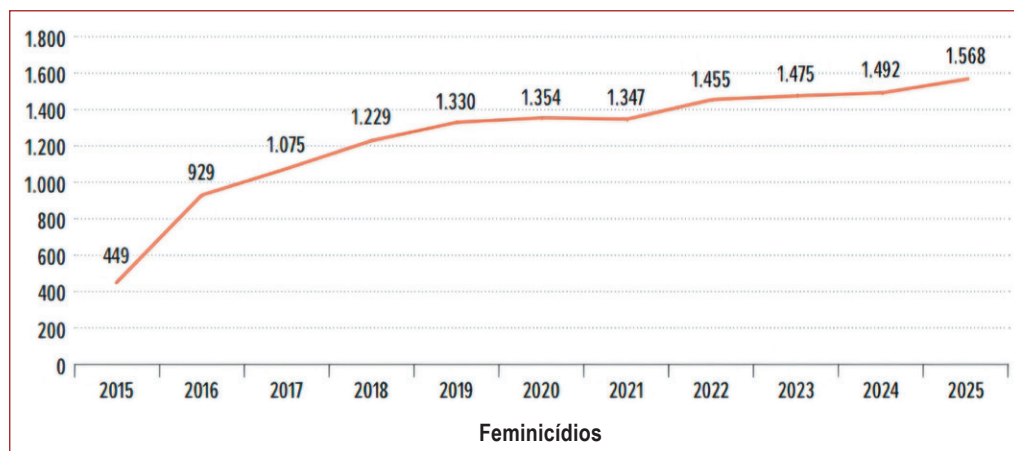
Dos 399 casos no Brasil este ano, o da soldado da PM Gisele Alves Santana, morta com um tiro na cabeça pelo próprio marido, o tenente-coronel Geraldo Leite Rosa Neto, teve forte repercussão na mídia e nas redes sociais, após o acusado e a defesa manterem a versão de inocência mesmo com a investigação apontando ter 'provas robustas' para a condenação. A denúncia, feita de forma anônima em um Inquérito Policial Militar, contribuiu para que a justiça decretasse a prisão preventiva de Geraldo Leite no mês de março. A reclusão será mantida até a decisão final do Júri de São Paulo, prevista para o dia 2 de julho.

Em 2025, o Brasil registrou que 1.568 mulheres foram assassinadas, uma média de 4 por dia. Os dados são um reflexo da quantidade de boletins de ocorrência produzidos pela Polícia Civil no país inteiro.

Para Margarete Pedroso, Procuradora do Estado de São Paulo, a violência sempre fez parte da vida das mulheres: "a gente lida com importunação sexual e assédio desde muito cedo", afirma. Como mãe de duas meninas, ainda revela viver com medo pela pele delas. "A gente compartilha a viagem no Uber, tomando cuidado. Digo para nunca andar sozinha, não ficar sozinha na balada, tomar cuidado com o copo. A nossa vida é cuidado, cuidado e cuidado."

Para a doutora em Sociologia pela USP, Ana Amélia da Silva, o crescimento do feminicídio está ligado ao passado patriarcal do Brasil. "Para viver numa sociedade na qual a gente possa intervir para acabar com isso, diminuir os casos e procurar por outras políticas públicas, eu penso que temos que refletir sobre qual foi nosso passado, cujas raízes ainda estão presentes entre nós".

O crime é considerado feminicídio quando acontece por condições do sexo feminino em contexto de violência doméstica e familiar, ou em casos de discriminação à mulher. Segundo dados do Fórum de Segurança, a maioria dos casos tipificados pela polícia são os que decorrem da agressão de parceiros íntimos, sendo, na maioria das vezes, não reconhecido o menosprezo e a condição feminina como hipóteses.



Dados dos registros de feminicídios no Brasil, 2015-2025

A quantidade de feminicídios não é igual em todo o país. Os três estados que se destacaram no último ano pelas taxas elevadas foram o Acre, Rondônia e Mato Grosso com aumento de, em média, 2,9 vítimas a cada grupo de 100 mil mulheres.

Já os estados com as menores taxas foram: Amazonas, Ceará e São Paulo. No entanto, esses índices não podem ser lidos de forma absoluta, pois a pesquisa, feita pelo Fórum de Segurança, mostra que o Ceará é um estado que historicamente tem um baixo percentual de registro de feminicídio entre os crimes de homicídio

feminino, o que pode significar uma falha na forma de registro dos casos e não necessariamente um baixo índice de violência letal íntima contra a mulher. No caso de São Paulo, apesar da taxa baixa, o estado tem um alto número absoluto de casos, concentrando 17,2% do total de feminicídios do Brasil em 2025.

A Medida Protetiva de Urgência (MPU) está prevista na Lei Maria da Penha para proteger mulheres em situação de violência doméstica. Mas, no ano passado, cerca de 148 mulheres foram mortas no Brasil tendo a MPU contra seus assassinos.

## Vítimas de feminicídio e Medidas Protetivas de Urgência (MPU) vigentes Brasil e Unidades da Federação selecionadas, 2021-2025

Brasil e Unidades da Federação	Mulheres com MPU que foram vítimas de feminicídio	Vítimas de feminicídio (números absolutos)	% de vítimas de feminicídio que tinham MPU quando foram mortas	Ano base do estudo
<b>Brasil</b>	<b>148</b>	<b>1.127</b>	<b>13,1%</b>	
Acre	2	8	25,0%	2025
Alagoas	1	22	4,5%	2025
Distrito Federal <sup>(1)</sup>	1	23	4,3%	2024
Espírito Santo	4	39	10,3%	2024
Goiás	5	56	8,9%	2024
Maranhão	3	69	4,3%	2024
Mato Grosso	4	18	22,2%	jan-jun 2023
Mato Grosso do Sul	2	34	5,9%	2021
Minas Gerais	69	414	16,7%	2021-2023
Paraíba	3	26	11,5%	2024
Paraná	9	109	8,3%	2024
Piauí	4	40	10,0%	2024
Rio de Janeiro <sup>(2)</sup>	13	107	12,1%	2024
Rio Grande do Sul	9	72	12,5%	2024
Roraima	1	7	14,3%	2024
São Paulo <sup>(3)</sup>	18	83	21,7%	set-2023 e mar-2025

Quantidade de vítimas de feminicídios por Estado

© Anuário de Segurança Pública

© Feminicídio Metro/Fórum Brasileiro de Segurança Pública

“Para as polícias, tanto a Civil quanto a Militar, é importante ficar atento na fiscalização para que as medidas protetivas não sejam rompidas e, se forem, ficar atento para ir atrás desse cara que rompeu e às vezes colocar uma tornozeleira” afirmou Pedroso, em entrevista ao jornal **Contraponto**.

Em 2013, durante o governo de Dilma Rousseff, primeira mulher a ser eleita presidente, o projeto de lei contra o feminicídio foi apresentado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A CPMI investigou a violência contra a mulher no Brasil nos anos anteriores e promoveu debates públicos sobre o tema. Já em 2015, ocorreu a promulgação, ou seja, a determinação de sua obrigatoriedade na lei 13.104/2015, e atualizações foram feitas em 2024.

O projeto legal visava distinguir o assassinato de mulheres apenas como uma qualificadora do homicídio, tornando-o um crime autônomo, com condenação mais rigorosa. A pena varia de 20 a 40 anos, com possibilidade de aumento se a violência ocorrer durante a gestação, envolver menores de 14 anos ou idosas, a partir de 60 anos. A lei também procura proteger e julgar atentados contra pessoas próximas às mulheres, como filhos e familiares, denotado vicaricídio.

Esse ano, o Senado Federal aprovou o projeto de lei (PL) 896/2023 que tornaria a misoginia crime inafiançável e imprescritível. A proposta acrescentaria à lei contra o racismo, incluindo a discriminação de gênero, prevendo pena de 2 a 5 anos de prisão e multa por injúria.

Antes das atuais mudanças, as mulheres eram condenadas por crimes dos quais elas foram vítimas. O maior exemplo é de Ângela Diniz, *socialite* brasileira assassinada em 1976 por Raul Fernando do Amaral Street, conhecido como Doca Street. Durante o julgamento, Ângela foi acusada de ter manipulado e organizado a própria morte, e que Doca teria sido apenas uma vítima da “tentativa de suicídio” dela. A argumentação chegou a ser senso comum da população na época.

Em 1979, Doca recebeu uma pena de 2 anos em liberdade pela execução. A defesa utilizou a tese da legítima defesa da honra, alegando que Ângela teria deferido a dignidade de Raul a partir de uma suposta traição. Após pressão de grupos feministas, em 1981 ocorreu um reajuste da pena, através de um segundo julgamento. Nele, Street foi condenado a 15 anos de prisão por homicídio qualificado. Ele cumpriu somente 3 anos e meio em regime fechado.

Em agosto de 2023, o Supremo Tribunal Federal, em unanimidade, declarou inconstitucional o uso da tese da legítima

© Acervo UH/FolhaPress/Brasileiro de Segurança Pública



**A socialite Ângela Diniz  
antes de ser assassinada**

defesa da honra em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres. Essa tese declarava que a agressão era justificável, em casos no qual a vítima teria ferido a honra do agressor.

A procuradora Margarete Pedroso, afirmou que esse avanço do Supremo é “notável e necessário”, porém destacou que para além disso, é preciso que o juiz utilize a subversão dos papéis, ou seja, analise o caso a partir da perspectiva da vítima. “Qualquer julgamento, não só o criminal, que envolva mulher, [o juiz] deve tentar se deslocar, ‘trocar as lentes’, como a gente fala, e se colocar no lugar daquela mulher e julgar a partir da perspectiva dessas mulheres e não uma visão geral”, afirmou.

Embora o uso da lei da honra seja declarado inconstitucional, Margarete ressaltou que “é muito difícil fazer com que todos os juízes apliquem a perspectiva de gênero”.

A procuradora reiterou também a importância da medida tomada pelo STF, mas não descartou o uso de possíveis brechas por parte dos advogados. “Há formas de subverter essa regra, então ninguém vai falar em legítima defesa da honra, mas vai usar de argumentos, e por isso é importante casar com a perspectiva de gênero”. Hoje em dia, há uma atuação de perspectiva de gênero para o Ministério Público e para os juízes, mas Pedroso completa: “acho que a gente precisa dessa visão na advocacia também. Dá para fazer uma boa defesa sem precisar acusar a vítima ou culpabilizar a mulher em casos que não sejam de morte e nem de homicídio”.

Margarete ainda traz a perspectiva de que falta para a OAB, Organização dos Advogados do Brasil, um letramento maior e uma obrigatoriedade com punição ética para o advogado que atuar sem perspectiva de gênero.

Em março de 2026, os representantes dos Três Poderes assinaram o Pacto Nacional contra o Feminicídio. O projeto tem como objetivo fortalecer as redes de enfrentamento à violência contra a mulher, promovendo informações sobre os direitos e estruturas de proteção e de prevenção a violência baseada em gênero. Segundo o presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, o ato reafirma o dever do Brasil de combater o feminicídio como

prioridade absoluta. “O feminicídio é uma chaga aberta na sociedade brasileira e como tal deve ser tratado como um problema de Estado, e não de governo”, declarou, em cerimônia no Palácio do Planalto.

Com as redes sociais cada vez mais intrínsecas no cotidiano, discursos de cunho misógino não só se popularizaram digitalmente, como também alcançaram um público vasto. Movimentos como o “Red-

Pill” e “Incel”, por exemplo, compõem a vasta comunidade misógina das mídias. O relatório desenvolvido pelo Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais da UFRJ, em parceria com o Ministério das Mulheres, apontou que o número de vídeos do Youtube que fazem parte da chamada “machosfera” aumentou 88% desde 2022.

“O brasileiro é bondoso e tem cordialidade, quando isso esconde uma escara, um mascaramento de uma extrema violência”, caracteriza a doutora em sociologia, Ana Amélia. Esse coletivo masculino digital é baseado em um discurso sedutor que busca conquistar homens jovens que se sentem frustrados com a vida amorosa e sexual e disseminam ideias conservadoras e extremistas que reafirmam papéis de gênero. Para a socióloga, as mídias sociais têm justamente essa função de normalizar o papel submisso das mulheres na sociedade, inserido no Brasil desde o passado colonialista.

Apesar do crescimento dos casos nesses últimos anos, a história, leis e dados mostram que as mulheres sofrem e morrem pelo fato de serem mulheres há muitos anos. A primeira forma de combate à misoginia aconteceu em 2006, com a criação da lei Maria da Penha, e em 2015, com a tipificação do feminicídio. Pouco tempo atrás, o termo “crime passionai”, que hoje está em desuso jurídico, era predominante quando se tratava de um homicídio causado por cônjuges.

O Instituto Maria da Penha desenvolveu em seu site formas de ajudar vítimas de violência doméstica antes que se tornem vítimas de feminicídio. Uma das maneiras foi a identificação do ciclo da violência com as três principais fases: aumento da tensão, ato de violência e arrependimento e comportamento carinhoso.

Além do reconhecimento da agressão e da relação abusiva, a denúncia ajuda na proteção da vítima. No primeiro trimestre deste ano, a Central de Atendimento à Mulher registrou 301.044 atendimentos e 45.735 denúncias de violência feitas pelas próprias vítimas, terceiros, anônimos e até pelo próprio agressor.

**Para efetuar as denúncias,  
basta ligar 180.**

# Brasil supera EUA em ranking de democracia

Relatório da *Varieties of Democracy* aponta fragilidade na democracia dos Estados Unidos associada ao governo Trump

Por Isabela Sallum, Manuela Abbate e Matheus Almeida

Em março, o instituto V-Dem (*Varieties of Democracy*) lançou seu relatório anual sobre a qualidade das democracias ao redor do mundo. Entre os dados que mais chamaram a atenção, está a queda dos Estados Unidos no ranking, com pontuação 24% menor do que em 2025. Em contrapartida, o Brasil se manteve estável e, pela primeira vez na história, aparece à frente dos americanos.

O *Varieties of Democracy* é uma das principais referências internacionais na análise da qualidade democrática e conta com a colaboração de mais de 4.200 especialistas de 186 países. O instituto avalia fatores como eleições livres, liberdade de imprensa, independência do Judiciário e equilíbrio entre os poderes. A partir desses dados, o relatório mede diferentes dimensões da democracia – entre elas a democracia liberal, utilizada para comparar o cenário político de países como Estados Unidos e Brasil.

O relatório contém um capítulo para analisar exclusivamente os Estados Unidos. Se destacam a figura do presidente Donald Trump, a rápida concentração de poder sob ele e o enfraquecimento do judiciário do país. O Índice de Democracia Liberal – cuja nota máxima é 1 – foi de 0,75 para 0,57 nos EUA.

Em entrevista ao **Contraponto**, o Professor da FAAP e Doutor em Relações Internacionais, Lucas Leite aponta que “os mecanismos institucionais de freios e contrapesos foram deliberadamente minados, o funcionalismo público foi politizado, e o judiciário tem sofrido pressões sistemáticas.”

Esses aspectos são evidenciados pelos indicadores que mais caíram. O relatório ressalta aqueles relacionados às liberdades civis e de expressão, além dos referentes aos poderes Legislativo e Executivo.

Não só a política interna norte-americana ficou mais autoritária como também sua atuação global. A invasão na Venezuela, com a captura do presidente Nicolás Maduro, e a Guerra no Irã evidenciam a amplificação da interferência imperialista dos EUA.

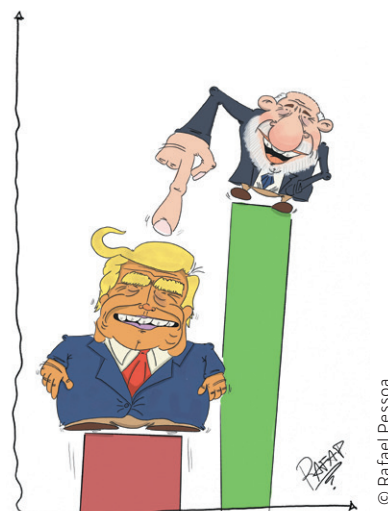
Segundo Leite, as ações externas também influenciam a dinâmica política interna. “A operação na Venezuela e o conflito no Irã foram iniciados com justificativas diversas e por vezes contraditórias, o que fragiliza qualquer narrativa coerente de segurança nacional. Internamente, isso consolida a base mais radical do eleitorado trumpista, mas amplia as tensões institucionais.”

Os Estados Unidos possuem um caráter neocolonialista construído ao longo de séculos, marcado pela Doutrina Monroe, criada em 1823. Esse princípio defendia o fim das atividades colonialistas europeias na América Latina e exerceu papel importante na consolidação da pretensão norte-americana de protagonismo sobre a região.

Atualmente, o governo de Donald Trump retoma elementos dessa tradição ao defender uma atuação mais agressiva dos EUA na América Latina, especialmente em temas ligados à segurança, imigração, narcotráfico e disputa geopolítica. O republicano chegou a afirmar que estaria “atualizando” a Doutrina Monroe, associando sua política externa à ampliação da influência norte-americana no continente.

Esse cenário é apontado por analistas como parte de um contexto mais amplo de desgaste institucional e polarização política interna, que se reflete também no enfraquecimento de indicadores democráticos do país em levantamentos internacionais recentes, como os do V-Dem.

Lula no topo,  
enquanto  
o Trump  
continua  
sua queda



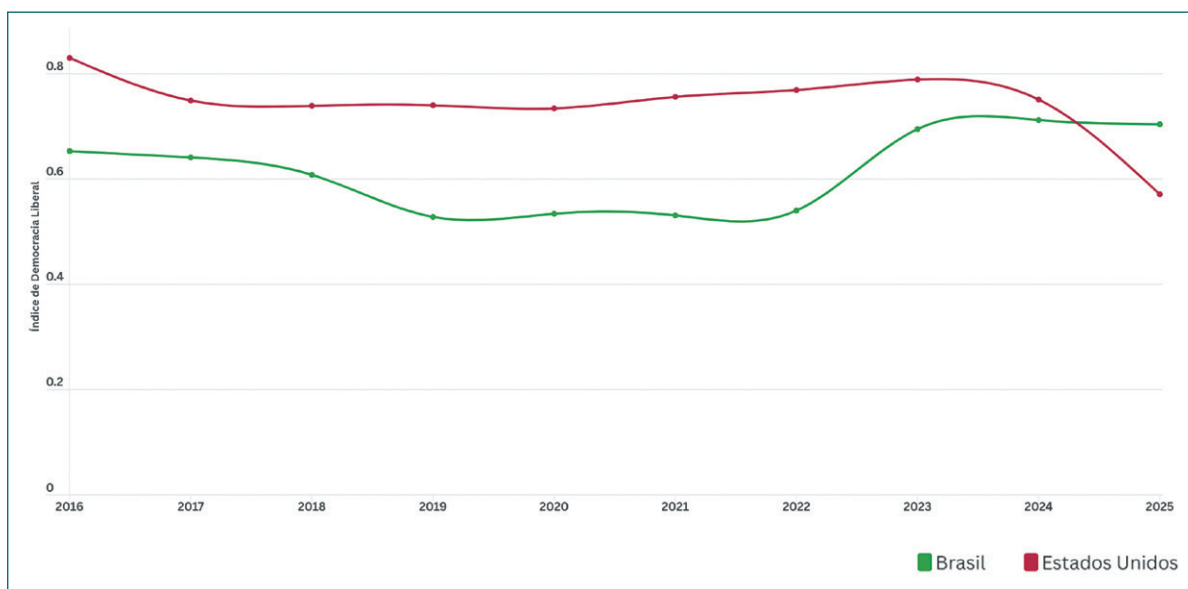
© Rafael Pessoa

O Brasil, porém, se dirige no caminho contrário, com a pontuação crescente desde 2022 e, pela primeira vez, aparece à frente dos Estados Unidos.

O V-Dem caracteriza o processo brasileiro como uma democratização *U-Turn*, um Estado que, após um período de autocratização, se redemocratiza, e reverte seu cenário. O instituto aponta que, no caso do Brasil, esse movimento ocorreu antes do desvirtuamento completo da democracia.

A presidência de Jair Bolsonaro foi marcada pela fragilização democrática do país, culminando na tentativa de golpe de Estado ao fim de seu mandato, contida durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Maurício Santoro, doutor em Ciência Política e professor de Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), comenta sobre o atual presidente: “Ele é, sem dúvida, um democrata, alguém que respeita as regras do jogo entre governo e oposição”, em contraposição ao seu antecessor.

O aumento de 0,164% no índice democrático do Brasil representa um novo momento para o país, entretanto, a situação pode se transformar com as eleições deste ano. Santoro enfatiza, “A melhora brasileira é real, mas frágil, e muito pode mudar se a família Bolsonaro voltar ao poder”.



Comparação entre Brasil e EUA da pontuação do Índice de Democracia Liberal

© V-Dem Dataset

# Crise alimentar precariza o cotidiano argentino

**Inflação descontrolada agrava a insegurança e torna a rotina da população cada vez mais instável**

Por Maria Clara Palmeira, Maria Eduarda Cepeda e Vitor Palhares

A escalada da crise econômica na Argentina tem aprofundado a insegurança alimentar no país e ampliado a pressão sobre redes de assistência social, organizações comunitárias e entidades humanitárias. O fenômeno, que se arrasta há anos, ganhou intensidade durante o governo do presidente Javier Milei, em meio a um cenário de inflação persistente e perda do poder de compra da população.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec), a atual gestão registrou recuo nos índices de pobreza em determinados recortes recentes, mas o quadro inflacionário segue pressionado, sobretudo nos preços dos alimentos básicos. O efeito é mais agudo entre famílias de baixa renda, para as quais os ganhos se tornam insuficientes diante da alta contínua do custo de vida.

Em centros urbanos como Buenos Aires, Rosário e Córdoba, moradores relatam dificuldade crescente para manter a compra de itens essenciais, em um contexto em que tanto produtos produzidos localmente quanto importados sofrem reajustes frequentes. A alta dos alimentos básicos têm ampliado a vulnerabilidade alimentar, especialmente entre setores historicamente expostos à insegurança social.

## Ajuste fiscal e a insegurança alimentar

O processo de estabilização econômica iniciado no fim de 2023 pelo presidente Javier Milei envolve forte ajuste fiscal e redução de subsídios. O país, após recuar no primeiro ano de gestão, voltou a crescer em 2024 e manteve a trajetória no ano seguinte. O ritmo, no entanto, ainda é insuficiente para recuperar de forma consistente o poder de consumo das famílias.

Esse contexto, aliado à alta dos gastos com energia e transporte, reduziu o orçamento doméstico e afetou diretamente despesas como alimentação. Segundo Julio Manuel Pires, professor doutor do Departamento de Economia da FEA-RP/USP, a recuperação econômica registrada após o primeiro ano de governo ainda é insuficiente para garantir melhora significativa na renda e no consumo da população. “Os crescimentos do ano passado e deste ano ainda são muito fracos e frágeis para determinar uma recuperação significativa”, afirma.

O cenário recoloca a segurança alimentar no centro do debate e evidencia o desafio de conciliar ajustes econômicos com a proteção das camadas mais vulneráveis da sociedade argentina.

## Aumento do custo de vida

Giselly Barata, jornalista e brasileira de nascimento, reside em Córdoba, capital da província de mesmo nome. Giselly relata os principais desafios relacionados à alimentação durante sua estadia na Argentina, iniciada há pouco mais de seis meses. Em intercâmbio profissional, ela afirma ter chegado preparada para as exigências da experiência, mas encontrou um cenário marcado por dificuldades e críticas ao custo de vida.

Ao longo do período no país, a jornalista observa que a questão alimentar se insere em um contexto mais amplo de instabilidade econômica, com impactos diretos no cotidiano das famílias. “O principal problema é a falta de previsibilidade. Cada dia você encontra uma condição de compra e um valor diferente. Tenho optado por comprar tudo de uma vez. Hoje, é difícil até comparar preços entre os lugares”, relata.

A percepção de quem acompanha a rotina nas cidades argentinas indica que o agravamento das condições de vida já altera hábitos de consumo. O doutorando em Geografia Osmar Fabiano mora temporariamente em Buenos Aires desde janeiro de 2026.

O pesquisador vive em um hotel de conventillo, modalidade de habitação coletiva comum em áreas centrais da capital argentina. “São pessoas trabalhadoras que têm renda mais baixa e em que essa questão da alimentação é muito visível. Então, trocam carne por abacate como maneira de se alimentar. Às vezes comem só arroz, às vezes só batata”, afirma.

A carne bovina, tradicionalmente muito consumida pelos argentinos, foi uma das mais afetadas pela crise, chegando a subir 6,9% em março, acima da inflação mensal. Uma das alternativas encontradas por parte da população foi substituir a carne bovina por proteínas mais baratas, como a carne de burro, que tem chamado atenção de turistas e noticiários por custar até quatro vezes menos que as carnes tradicionais. O consumo não é proibido, mas a Associação Protetora de Equinos classificou a situação como um “retrocesso humanitário”.

Além da alimentação, o aumento do custo dos aluguéis também é apontado como um dos fatores que ampliam a pressão financeira sobre a população. Os reajustes acumulados dificultaram o acesso à moradia formal e impulsionaram soluções habitacionais precárias, especialmente entre trabalhadores de baixa renda.

Osmar também afirma que a deterioração das condições econômicas tem alterado o mercado de trabalho argentino, ampliando a informalidade como estratégia de sobrevivência diante da perda de renda.

“Hoje, muita gente trabalha 10 ou 12 horas por dia em aplicativos para conseguir sobreviver. Ao mesmo tempo, os aluguéis aumentaram em um nível que empurra as pessoas para formas mais precárias de moradia”, relata.

Quando questionado em relação ao futuro econômico do país e às possíveis alternativas para superar a crise, o economista Julio Manuel Pires defendeu investimentos no setor industrial. “Eles permitiriam uma recomposição do nível de emprego da economia em uma qualidade muito melhor, gerando salários mais elevados”, conclui.

Cozinheiras protestam contra Javier Milei em meio à crise econômica



© Télam

# Peru acumula presidentes destituídos e vive desgaste na democracia

Fragilidade na confiança implicou na posse de oito governantes em dez anos

Por Carolina Zaterka, Luiza Zaccano e Renata Bittar

Em uma década, o Peru teve oito presidentes, sucessivas tentativas de impeachment, protestos reprimidos com violência e um Congresso que ampliou o seu protagonismo político em meio ao enfraquecimento do Executivo. À medida que a instabilidade se consolida como característica da democracia peruana, a disputa presidencial entre Keiko Fujimori e Roberto Sánchez recoloca no centro do debate os limites da representação política e o futuro institucional do país. Com mais de 90% dos votos apurados, Keiko Fujimori aparecia numericamente à frente de Roberto Sánchez, embora o resultado oficial ainda não tivesse sido proclamado.

Após o primeiro turno das eleições realizado em abril deste ano, a candidata Keiko Fujimori, filha do ex-presidente Alberto Fujimori, liderou a votação e disputou o segundo turno contra Roberto Sánchez, candidato da esquerda apoiado por setores ligados ao ex-presidente Pedro Castillo.

A candidata é líder do partido de direita Fuerza Popular e disputou sua quarta tentativa de chegar à Presidência. Durante a campanha, levantamentos dos institutos Ipsos e Datum apontaram Keiko na liderança ou em empate técnico em diferentes momentos da corrida eleitoral.

## Fujimorismo

Durante a disputa pela Presidência, a força do fujimorismo reforça a polarização política no Peru. Para parte da população, o governo de Alberto Fujimori, nos anos 1990, é lembrado pelo combate aos grupos armados e pela estabilização econômica do país. Entretanto, esse período também foi marcado por autoritarismo, violações de direitos humanos e corrupção.

Apesar do desempenho eleitoral, Keiko Fujimori ainda enfrenta rejeição popular. O “antifujimorismo” continua sendo uma força importante dentro da sociedade peruana. “Fujimori tirou do Estado peruano garantias que foram construídas ao longo de muito tempo”, afirma Lucas Damasceno, pesquisador do Observatório Eleitoral das Américas da USP, em entrevista ao **Contraponto**. Ainda assim, o crescimento da violência e o desgaste das instituições têm favorecido discursos que prometem ordem, segurança e maior rigidez estatal.

## Como funciona o congresso

O Peru adota formalmente o presidencialismo, porém o Congresso possui um dos maiores níveis de poder político da América Latina. O principal mecanismo é a

chamada “vacância por incapacidade moral permanente”, prevista na Constituição de 1993. Na prática, o dispositivo transformou o impeachment em instrumento recorrente de disputa política e ampliou o poder do Congresso sobre o Executivo.

Javier Alban, especialista em direito constitucional e eleitoral e professor da Universidade do Pacífico (UP), explica que a vacância presidencial passou a funcionar, na prática, como uma espécie de impeachment permanente. “A vacância deveria servir somente para declarar coisas que já aconteceram, como a morte de um presidente, mas foi convertida em um suposto impeachment extra”.

## Histórico Eleitoral

Alban explica que, após a eleição de Pedro Pablo Kuczynski (PPK) em 2016, o Peru entrou em uma sequência de crises presidenciais. Investigado por denúncias de corrupção e compra de votos, PPK renunciou antes de ser destituído pelo Congresso. Seu vice, Martín Vizcarra, assumiu o cargo, mas também foi afastado após desgaste político durante a pandemia. “Sua estratégia contra o Covid não dava resultados, fomos um dos países com mais mortes”, afirma o professor em entrevista ao **Contraponto**.

Vizcarra foi sucedido por Manuel Merino, que deixou a Presidência poucos dias depois em meio a protestos populares. Em seguida, Francisco Sagasti conduziu o governo interino até as eleições de 2021, marcadas pela forte fragmentação política no país.

Na disputa eleitoral, Keiko Fujimori e Pedro Castillo protagonizaram uma corrida acirrada. Apesar das diferenças econômicas entre os candidatos, Javier Alban destaca que ambos possuíam aproximações em pautas sociais e representavam projetos distintos de país para a população peruana.

Castillo venceu a eleição e, um ano após tomar posse, tentou dissolver o Congresso e governar por decreto, em um movimento amplamente interpretado como tentativa de golpe de Estado. Em seguida, foi destituído pelo Parlamento. “Foi muito parecido com o golpe de Estado de Fujimori em 1992”, explica Alban, ao relacionar o episódio ao ex-presidente Alberto Fujimori.

Após a saída de Castillo, a vice-presidente Dina Boluarte assumiu o comando do país e, em outubro de 2025, após alta rejeição popular e envolvimento em um

escândalo, foi destituída. Para o professor, a constante troca de presidentes no Peru está diretamente ligada ao uso recorrente do artigo 113 da Constituição, que estabelece os critérios para declarar a vacância da Presidência da República.

## Reação popular

A prisão e destituição de Castillo desencadearam uma onda de protestos em diferentes regiões do país, principalmente no sul andino. “Existe uma divisão e um ressentimento histórico das populações do Altiplano”, afirma Damasceno. As manifestações reuniram camponeses, estudantes, sindicatos e movimentos indígenas, que exigiam eleições antecipadas, a libertação de Pedro Castillo e uma nova Constituição.

© Reprodução/Brasil de Fato/Manu Vargas



Setores populares consideram a saída de Castillo uma ruptura da vontade popular

Como resposta, o governo Boluarte recorreu a uma tática historicamente enraizada na política peruana chamada *terruqueo*, prática que associa opositores políticos ao terrorismo. A estratégia, ao mesmo tempo em que deslegitima os manifestantes nos grandes centros urbanos, concede às forças de segurança uma aparente licença para a violência.

Em várias regiões houve confrontos violentos entre manifestantes e forças de segurança. Relatórios de organizações como a *Amnesty International* e a *Human Rights Watch* denunciaram uso excessivo da força pelo Estado peruano, incluindo disparos de munição letal contra civis.

“Não se experimenta o otimismo nesse momento”, relata Lucas Damasceno ao explicar que a percepção de incapacidade do Estado em conter a violência contribuiu diretamente para o enfraquecimento dos governos recentes e para o crescimento de discursos autoritários.

# Como as guerras afetam o meio ambiente

**Conflitos modernos contaminam rios, espalham substâncias tóxicas pelo ar e deixam marcas ambientais que persistem por décadas após o cessar-fogo**

Por João Lucas Palhares, Manuela Mourão e Pedro Rossetti

A guerra costuma ser retratada por mapas, números de mortos e cidades destruídas, mas existe uma dimensão que quase sempre permanece escondida sob a fumaça das explosões. Enquanto mísseis atravessam o céu e refinarias pegam fogo, o solo absorve metais pesados, o mar recebe manchas de óleo e a atmosfera se enche de partículas tóxicas que podem permanecer no ambiente por décadas.

No Oriente Médio, por exemplo, a recente escalada militar entre Israel, Estados Unidos e Irã evidencia que, além das milhares de vidas perdidas, os conflitos também provocam danos ambientais duradouros. Mesmo após o cessar-fogo, os impactos continuam afetando a natureza de forma silenciosa.

Em março de 2026, moradores de Teerã relataram um fenômeno incomum após ataques israelenses contra instalações petrolíferas iranianas. Segundo relatos de residentes, uma chuva escura caiu sobre partes da cidade, deixando carros e ruas cobertos por fuligem. O episódio evidencia os efeitos ambientais provocados por ataques a estruturas industriais.

A especialista em política climática do Observatório do Clima, Stela Herschmann, afirma que os impactos ambientais acabam se tornando um “dano colateral” permanente das guerras. “Qualquer conflito vai ser abastecido por combustíveis fósseis, então a gente tem as emissões dos tanques, dos aviões e das bombas”, explica.

Os danos visíveis representam apenas parte do problema. Explosões produzem uma cadeia de contaminação difícil de medir em tempo real. Combustíveis queimados liberam compostos tóxicos na atmosfera, enquanto prédios destruídos espalham amianto, fibras industriais e metais pesados. Além disso, vazamentos de óleo ameaçam ecossistemas marinhos inteiros.

Segundo uma pesquisa do **Instituto Climate and Community**, que monitora os efeitos ambientais da guerra, as duas primeiras semanas do conflito liberaram mais de 5 milhões de toneladas de dióxido de carbono. O número resulta da combinação entre explosões, operações militares, incêndios em refinarias e reconstrução de infraestrutura destruída.

A quantidade é comparável às emissões anuais de países como Butão, Belize e Maldivas, que liberam até 4,5 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>

por ano, segundo dados da plataforma **Our World in Data**.

Além das bombas, caças militares consomem grandes volumes de combustível, enquanto navios de guerra impactam ecossistemas marítimos. A reconstrução das áreas atingidas também amplia a pegada de carbono dos conflitos, já que exige o uso intenso de concreto, aço e transporte pesado.

No Golfo Pérsico, os efeitos ambientais já começam a aparecer no mar. Especialistas ouvidos pela revista **Live Science** alertam que ataques contra embarcações e refinarias aumentaram o risco de vazamentos de óleo em áreas ambientalmente frágeis, incluindo regiões de manguezais e recifes de coral.

Em terra firme, os impactos permanecem mesmo após o fim dos ataques. Quando edifícios desabam, os destroços carregam resíduos químicos, tintas tóxicas, solventes industriais e partículas microscópicas capazes de infiltrar-se no solo e atingir lençóis freáticos.

Parte desses contaminantes entra na cadeia alimentar em um processo conhecido como bioacumulação. Plantas absorvem metais pesados, que depois são consumidos pelos animais, e, aos poucos, substâncias tóxicas se acumulam ao longo do ecossistema, inclusive nos seres humanos, gerando efeitos que podem aparecer anos após o fim da guerra. Problemas respiratórios, aumento de certos tipos de câncer, infertilidade e degradação agrícola estão entre os principais riscos.

Segundo Herschmann, no caso do Irã, os danos ultrapassam a lógica tradicional

dos combates: “A gente viu a infraestrutura fóssil ser atacada. Bombardeios contra depósitos de combustível, campos de gás e oleodutos geram muitos impactos tanto na saúde quanto no meio ambiente.”

A guerra também coloca em risco sistemas essenciais para a sobrevivência humana. No Golfo Pérsico, ataques próximos a usinas de dessalinização ameaçam o abastecimento de água de milhões de pessoas devido ao risco de contaminação da água. Países como Kuwait, Omã e Arábia Saudita dependem fortemente da dessalinização para produzir água potável em uma região já marcada pela escassez hídrica.

Os impactos ecológicos das guerras persistem muito além do fim dos conflitos. Ecossistemas destruídos, solos contaminados e emissões massivas de gases de efeito estufa dificultam a recuperação ambiental e agravam a crise climática global. Em muitos casos, os danos permanecem invisíveis por anos, afetando continuamente a biodiversidade, agricultura, abastecimento de água e saúde pública.

O Laos é um exemplo disso. Embora não estivesse no centro da Guerra do Vietnã, o país foi intensamente bombardeado durante o conflito e, décadas depois, ainda convive com milhares de explosivos não detonados espalhados pelo território. Além de representarem riscos constantes para a população, essas bombas dificultam o uso da terra para agricultura e atrasam a recuperação ambiental.

Para além disso, guerras também atrasam um dos maiores desafios globais do século: a transição energética, ao desviar recursos para gastos militares. De acordo com o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI), os gastos militares chegaram a quase 2,9 trilhões de dólares em 2025, no décimo primeiro ano consecutivo de aumento, acumulando crescimento de 41% na última década.

Em cenários de instabilidade internacional, países tendem a reforçar políticas ligadas à segurança energética, o que pode ampliar a dependência de petróleo e gás mesmo em meio aos esforços globais de redução de emissões.

Para Herschmann, esse cenário também evidencia a ausência de mecanismos globais capazes de responsabilizar crimes ambientais em contextos de guerra. O crime de ecocídio, por exemplo, ainda não é reconhecido internacionalmente. “Mas acho que já é hora de falarmos neste termo.”



Nuvem escura carregada de fuligem cobre a cidade de Teerã, Irã, às 10h da manhã do dia 8 de março

© Reprodução/Instagram: @hojenomundomilita

# “Sofrimento continua na escuridão”: Sudão e a guerra esquecida

País entra no quarto ano de conflito com maior emergência humanitária mundial

Por Anna Sofia Carsughi, Larissa Viana e Lucas Farias

Considerada a pior crise humanitária do mundo pela ONU, a guerra no Sudão completa quatro anos em abril de 2026 e não se aproxima de um desfecho. Mesmo com altos números de vítimas e refugiados e carregado de crimes de guerra, o conflito tem enfrentado um descaso midiático e internacional que não é novidade quando se trata do continente africano.

Lubna Musa, ativista etíope-sudanesa, diz em entrevista ao **Contraponto** que, nos raros casos em que a mídia fala sobre a guerra no Sudão, ela é retratada de maneira errada. “Nada na guerra do Sudão é ‘civil’, nada na instabilidade do Sudão, mesmo desde décadas atrás, é ‘civil’. Há um sentimento comum de ignorar conflitos civis e vê-los como ‘eles mesmos provocaram isso’ e, como resultado, o mundo se sente menos compelido a se importar e agir”, afirma Musa.

Para a ativista, a falta de cobertura da mídia em guerras como a do Congo e do Sudão revela uma lógica sistêmica sobre a África. Há uma crença de que países desse continente estão irremediavelmente em conflito constante, então, supõe-se que não há necessidade de intervenção da comunidade internacional. Neste sentido, afirma que a inviabilização da resolução desse confronto é, portanto, fruto direto de um sistema colonial e racista, que se manifesta não apenas na impunidade na guerra, mas na forma com que tal calamidade é noticiada no mundo.

## Sudão e as marcas de uma formação diversa

Desde a independência em 1956 do domínio britânico, o Estado do Sudão reflete uma formação anômala que contribui para a grande instabilidade política e econômica que o assola. O país é multilinguístico e multiétnico, esta ampla diversidade estimula as crises no Nordeste do continente africano, também incitadas pela disputa por recursos naturais do território, como o fenômeno da desertificação.

Desde a sua independência, o Sudão é governado por grupos militares. O mais duradouro foi o regime de Omar Al Bashir, responsável por financiar o grupo Janjaweed, que atualmente se denomina Forças de Apoio Rápido (RSF - *Rapid Support Forces*). Al Bashir comandou o país por três décadas e criou o grupo paramilitar com a intenção de equilibrar os poderes das forças armadas oficiais. Contudo, a RSF se fortaleceu e ganhou notoriedade dentro

do território. A deposição do ditador ocorreu em 2019. No mesmo ano, um governo provisório surgiu com a promessa de uma transição democrática e maior liberdade religiosa, após uma onda de manifestações populares.

No entanto, uma junta militar rapidamente retomou o poder em 2021. Em 25 de outubro de 2021, a RSF, liderada por Mohamed Hamdan Dagalo, em aliança com as Forças Armadas Sudanesas (SAF - *Sudanese Armed Forces*), comandadas por Abdel Fattah al-Burhan, deram um golpe no país. Desde abril de 2023, o conflito entre os dois grupos é responsável pela maior crise atual de deslocamento forçado do mundo.



Protestos em Cartum contra Al Bashir em 2019

## A etnia como arma de guerra

O RSF é altamente armado devido ao financiamento da exploração do ouro. Segundo Lubna Musa o grupo comete massacres, vende mercenários, controla minas sudanesas e recebe o apoio dos Emirados Árabes Unidos e da Rússia em sua expansão pelo território. As Forças Armadas Sudanesas encararam esse avanço como uma ameaça, uma disputa de poder. Inicialmente, o conflito estourou em Cartum, capital do país, porém o cenário de guerra se espalhou pelo resto do território.

Apesar do caráter extremista da RSF, o conflito sudanês está longe de comportar uma divisão simplista entre ‘lado certo’ e ‘lado errado’. Os dois grupos são violentos, como Musa pontua: “A realidade é que o povo é deixado à própria sorte, tendo que escolher entre o menos pior, e neste caso, são as Forças Armadas Sudanesas”.

Segundo o Humans Right Watch, atualmente a região de Darfur apresenta todas as marcas de uma limpeza étnica. As comunidades étnicas não árabes em Darfur têm sido os alvos de uma perseguição encomendada pelo RSF e pelo SAF. Como exemplo, os cristãos sudaneses, que histo-

ricamente são a minoria religiosa do país, enfrentam riscos e revivem as imposições islâmicas que levaram o Sul a declarar independência do restante do país em 2011.

A separação do Sudão do Sul foi mais um capítulo de uma disputa entre os árabes e os não árabes, o que revela a profundidade dos conflitos étnicos sudaneses e os impactos na população. Nesse cenário, os civis, as mulheres e crianças e as populações não árabes, tornaram-se os grandes alvos de uma calamidade negligenciada.

## Catástrofe sem precedentes

A ONU define “crise humanitária” como um evento ou uma série de eventos que desencadeiam estados críticos de ame-

açãs à saúde, segurança e bem-estar de uma comunidade, tornando necessária ajuda externa. No caso do conflito armado no Sudão, a situação em que a população se encontra é uma violação concreta aos direitos humanos. As consequências da guerra incluem fome, genocídio, epidemia, violência de gênero e outros crimes que afligem os civis do país.

Estimativas de 2026 do número de mortos, civis e combatentes, desde o início do conflito, variam de 60 mil a 150 mil. De acordo com a ACNUR, mais de 14 milhões de refugiados se deslocam dentro e fora do país: aproximadamente 9 milhões se locomoveram dentro das fronteiras do Sudão e 4,5 milhões migraram para outros países, a maioria vizinhos no continente. Atualmente, é o maior deslocamento em massa do mundo, sendo que os números ainda crescem.

Gbreel Telbo é um refugiado sudanês e profissional da saúde que hoje reside na Itália. Ele acredita que compartilhar sua história é uma forma de destacar tanto os desafios quanto a resiliência de seu povo. Em entrevista ao **Contraponto**, relata que: “estudar na Universidade de Foggia e passar nos exames do MRCS enquanto carrego as memórias de casa é uma forma de lutar contra a guerra – é assim que provo que a guerra pode interromper nossas vidas, mas não pode destruir nossas ambições”.

Ataques de ambos os lados, RSF e SAF, têm deliberadamente atingido áreas residenciais, hospitais, escolas e infraestruturas essenciais. Também bloqueiam a



© Harry Wilkins

Centro de refugiados sudaneses no Chade

chegada de ajuda exterior, como envio de alimentação e medicamentos, o que potencializa a insegurança e o risco de vida dos sudaneses. Todos os âmbitos sociais e estruturais do país são afetados direta ou indiretamente.

Dessa forma, a situação de serviços de saúde e saneamento, que já era precária antes da guerra, agora está ainda mais fragilizada. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2026, 37% das unidades de saúde do Sudão estão inoperantes. As más condições de vida causaram surtos de malária, dengue, sarampo, hepatite E, meningite e difteria, além de crises de fome. Uma pesquisa do IPC alerta que a expectativa é que 4,2 milhões da população se encontre em casos de desnutrição aguda em 2026. O número relativo à insegurança alimentar chega a 24,6 milhões, quase metade do país.

A população geral do Sudão sofre com os crimes de guerra, mas a violência sistemática contra mulheres e meninas se destaca. O conflito proporciona um cenário que as expõe a casos de estupro e outras violações sexuais, sendo que 17,1 milhões de mulheres do país necessitam de assistência humanitária, de acordo com a ONU Mulheres.

Além disso, as sudanesas são, em grande parte, responsáveis pelo sustento de suas famílias e crianças. “Uma comunidade unida mantém um país forte; portanto, para destruir um país, é preciso destruir a comunidade, e para destruir uma comunidade é preciso começar pelo povo. A perseguição de mulheres e crianças na guerra é uma tática calculada para enfraquecer as comunidades” diz Lubna Musa.

O acesso à educação também entrou em colapso. De acordo com dados do *Global Education Cluster*, mais de 19 milhões de crianças tiveram seu processo pedagógico interrompido com o início do conflito. O espaço educacional ganha, na guerra, novos significados: se torna alvo de ataques violentos que atingem professores e alunos, local de armazenamento de equipamentos militares e palco de batalhas. Hoje, 65% das escolas já foram reabertas, ainda com problemas fundamentais, mas

7,9 milhões de crianças ainda não frequentam esses ambientes.

Para Musa, “a crise humanitária é um efeito direto da guerra; a ajuda contínua não é suficiente para resolvê-la. O Sudão precisa que os líderes internacionais se envolvam e acabem com a guerra desde a sua origem”.

## A Guerra Silenciosa

De acordo com dados da UNICEF, o apelo humanitário para a região tinha apenas 16% de financiamento até o fim de janeiro e ainda não recebeu contribuições significativas para o decorrer do ano.

Segundo o Programa Mundial de Alimentos, os estoques de comida do Sudão vão acabar até o final de março se a agência não arrecadar 700 milhões de dólares para operar até junho deste ano. O conflito passa a enfrentar uma escalada se o sistema de ajuda humanitária cessar na região, impactando diretamente na ajuda a 33 milhões de pessoas.

Como agravante da crise humanitária, a SAF e a milícia paramilitar RSF, após combates intensos nas regiões de Cartum e Darfur, agora migram gradualmente a linha de frente, deslocando-se para Cordofão do Sul, que está virando um novo campo de batalha. De acordo com a *Sudan HAC Appeal*, até agora contabilizam-se mais de 88.300 pessoas deslocadas só na região do Cordofão desde outubro, e mais de 127.000 em Darfur Norte desde o final de outubro.



© CICV (comitê internacional da cruz vermelha)

Avião em chamas após ataques no aeroporto de Cartum

Musa destaca a força da população frente às adversidades. Ressalta: “Mães são arrancadas de seus filhos, agredidas sexualmente e têm toda a esperança roubada. Toda a esperança se foi. Apesar disso, vemos repetidamente mulheres superando os traumas que enfrentaram. A força que elas possuem está além da compreensão da pessoa comum, mas isso é consequência do silêncio do mundo: se o mundo não as ajuda, elas sabem que precisam se ajudar”.

Porém, a escalada na violência segue aumentando. De acordo com Volker Türk, alto comissário das Nações Unidas para os direitos humanos, o número de mortes de civis duplicou em 2025 em comparação com o ano anterior, com milhares de mortos ainda não identificados. Investigadores da ONU já classificam as ações de ambos os grupos na guerra como compatíveis com práticas genocidas.

Apesar da gravidade do conflito, a guerra no Sudão enfrenta negligência global e, para muitos, é esquecida. Recentemente, em um estudo na Universidade de Toronto, a professora Nisrin Elamin expôs que o descaso de órgãos humanitários e da mídia perante estes conflitos está totalmente enraizado, denominado como “racismo cultural e étnico”.

No início do conflito, em abril de 2023, a mídia ocidental deu grande destaque ao Sudão, mas o foco era quase exclusivamente o resgate de cidadãos estrangeiros brancos e funcionários de embaixadas. Após a conclusão dessas evacuações, o interesse internacional desapareceu, mesmo com a intensificação da violência e dos massacres étnicos. “Quando as câmeras estão desligadas, o sofrimento continua na escuridão, e a escala da tragédia cresce sem responsabilização”, afirma Gbreel Telbo.

Para Telbo, os conflitos na África são injustamente vistos como “inevitáveis” ou “crônicos”, o que leva a uma diminuição da urgência da mídia. “Uma maior visibilidade teria forçado uma resposta internacional mais rápida, sanções mais robustas e uma pressão mais séria para negociações de paz. O silêncio é o maior aliado da guerra”, diz o profissional.

# Rios afundam sob o concreto de São Paulo

Canalizados, poluídos e esquecidos, os rios de São Paulo cobram o preço de décadas de descaso

© Acervo Fundação Energia e Saneamento de São Paulo (FES)



Primeiro corte do Canal do Rio Pinheiros em direção sul da Avenida Cidade Jardim. No lado esquerdo, trabalhadores na margem do rio. 1936

Por Danilo Belluzzo, Julia Quartim Barbosa, Rafael Pessoa, João Bueno e Maria Luisa Lisboa

Um artigo publicado em abril deste ano por pesquisadores ligados ao Programa de Pós-Graduação em Desastres Naturais da Unesp na revista *Nature Reviews Earth & Environment*, apontou que no último ano ocorreram 4,2 mil mortes associadas a inundações ao redor do mundo, totalizando US\$ 28 bilhões em danos.

A história da cidade de São Paulo está profundamente ligada aos seus rios e córregos. Nomes conhecidos como o rio Tietê, o Tamanduateí e o Pinheiros sempre foram essenciais para a dinâmica da cidade, hoje acostumada a lidar com inundações. Ainda no século XVIII, eles eram usados para transporte, pesca, abastecimento e lazer, e suas margens cumpriam uma função importante: a drenagem em tempos de cheia.

Segundo Sílvia Helena de Camargo Madeira, especialista em enchentes e dinâmicas hídricas formada pela Universidade de São Paulo, o crescimento acelerado da capital paulista no final do século XIX alterou profundamente a relação da cidade com seus rios. Os cursos d'água passaram a ser encarados pelo poder público e pelas elites urbanas como obstáculos ao desenvolvimento e à modernização.

A valorização imobiliária das regiões centrais impulsionou intervenções urbanas que privilegiam o centro da cidade, transformando rios e córregos em alvo de projetos de canalização e retificação. Esse processo ganhou força a partir do Plano de Avenidas, de 1930, idealizado pelo engenheiro e então prefeito Francisco Prestes

Maia. É dessa época a retificação do Rio Tietê e a consolidação das marginais como símbolo de um modelo urbano voltado à expansão. Para a pesquisadora, os impactos dessas escolhas urbanísticas permanecem visíveis até hoje: “quem paga essa conta até hoje é a periferia”, afirma.

Grandes áreas de várzea foram aterradas, enquanto inúmeros córregos menores desapareceram sob o concreto e o asfalto. Muitos deles ainda existem, mas seguem invisíveis, correndo por baixo de avenidas e bairros inteiros da capital paulista.

O revestimento dos rios com concreto fez com que a água das chuvas passasse a escoar de forma muito mais rápida, aumentando a pressão sobre outras regiões da cidade. O tamponamento dos rios contribuiu para reduzir alagamentos no centro da cidade, mas não fez com que as enchentes desaparecessem. Elas apenas mudaram de lugar e passaram a ocorrer de maneira ainda mais intensa em diferentes pontos da capital.

## A crise da cidade em 2026

Atualmente, diversos estudos urbanísticos e ambientais apontam que a lógica de esconder e canalizar rios trouxe sérias consequências ambientais e urbanas. Sílvia Helena, destaca como a cidade nunca foi pensada de outra forma. “Você não tem um sistema de pensar que valorize as áreas verdes, que pense em construir mais parques. Não existe nenhum projeto nesse sentido. O projeto é o concreto e o asfalto, para atender aos interesses da valorização imobiliária”.

O crescimento urbano frequentemente desconsidera a geologia. A construção de prédios em locais onde o lençol freático é próximo à superfície e a ocupação de encostas e várzeas de córregos, colaboram para o desequilíbrio do curso natural das águas, agravando os impactos das chuvas. Em 2025, as enchentes afetaram mais de 336 mil pessoas, com um saldo de 255 mil desalojados e 43 mortos, de acordo com dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

O último ranking do centro de monitoramento coloca São Paulo em segundo lugar no país em casos de enchentes, atrás somente de Juiz de Fora. Com 11.451.245 habitantes, a capital paulista é a maior do Brasil e tem cerca de 674 mil moradores em situação de risco para desastres naturais, o equivalente a 5,89% da população do município. Na escala nacional, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) estima um prejuízo econômico de R\$ 4 bilhões. Mas esse impacto não se distribui de forma igual pela cidade.

Sílvia Helena aponta que as encostas e as áreas de baixada – terrenos menos valorizados pelo mercado imobiliário e ocupados majoritariamente pela população de baixa renda – concentram os maiores riscos. “Essa população de vulnerabilidade social é a que está mais exposta a perder a casa, a correr mais risco de vida”, afirma a professora. Quando as enchentes tomam as grandes avenidas, o caos afeta toda a cidade – carros arrastados, pessoas ilhadas, transtornos generalizados. Mas quem paga a conta mais cara são sempre os mesmos. “A população de baixa renda é a que será muito mais afetada, por estar mais exposta e morar em áreas mais suscetíveis a enchentes”, conclui Madeira.

Com rios e córregos canalizados e o solo impermeabilizado, a água das chuvas que encontra o asfalto é incapaz de se infiltrar. Essas águas ganham volume e velocidade rapidamente, escorrendo por ruas que já não conseguem absorvê-las. Madeira aponta que a desordem urbana “retrata uma escolha que foi feita quando a cidade estava iniciando o seu processo de crescimento mais intenso”.

Algumas escolhas do passado não podem ser alteradas, porém é papel do poder público atuar para reduzir os riscos no presente. Mas não é o que acontece.

Em 2026, o governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) cortou 53% no orçamento estadual para a implantação de sistemas de drenagem e combate às enchentes. O governo também reduziu em 18,5% os recursos da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), órgão responsável pelas ações de segurança hídrica, com apenas R\$ 10,9 bilhões reservados para a pasta. O orçamento destinado às ações na área foi reduzido em 34,6%, de R\$ 2,1 bilhões em 2025 para R\$ 1,37 bilhão em 2026. Esse conjunto de cortes vai na contramão do orçamento total do estado aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com receita estimada em R\$ 382,3 bilhões, um aumento de 2,6% em relação ao ano anterior.

Em fevereiro de 2025, as chuvas que atingiram São Paulo escancararam a vulnerabilidade da cidade. No bairro Jardim São Paulo, a cena da água invadindo as estações do metrô chocou a população da capital. Na Vila Madalena, a inundação transformou o Beco do Batman, um dos pontos turísticos mais conhecidos da capital, em um rio de forte correnteza em apenas 17 minutos.

A força da enxurrada foi tamanha que o artista plástico Rodolpho Tamanini Neto, de 73 anos, morreu em sua própria casa após a água invadir a residência e atingir dois metros de altura. E o cenário pode piorar. Helena alerta que 2026 é um ano de El Niño e que cientistas apontam que esse pode ser o mais forte dos últimos tempos. "Isso implica, além de temperaturas muito altas, chuvas muito intensas. A tendência é esse caos na cidade se amplifique bastante", afirma a professora.

Apesar dos alagamentos recorrentes, São Paulo também sofre com a escassez de água. Entre 2014 e 2015, a cidade registrou o período de maior crise hídrica de sua história recente. Desde 2024, o volume dos Reservatórios do Cantareira recuou de forma contínua. Em maio de 2026, segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o volume útil da represa está abaixo da metade de sua capacidade.

Paralelamente, os rios passaram a receber esgoto doméstico e resíduos

industriais em larga escala, contribuindo para um processo acelerado de degradação ambiental. Ao longo das décadas, o Tietê River e o Tamanduateí River deixaram de ser espaços de convivência urbana e passaram a ser associados ao abandono.

O Tietê River tem extensão de 1.150 km, nasce em Salesópolis e atravessa 62 municípios do estado de São Paulo, recebendo uma carga gigantesca de esgoto doméstico e industrial em seu trecho na capital. De acordo com levantamento feito em 2023 pelo Instituto Água Sustentável, dos 34 municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo, 19 não fazem tratamento de esgoto, lançando os resíduos diretamente nos córregos e rios que deságuam no Tietê. Diariamente, são 690 toneladas de esgoto despejadas no rio.

Esse quadro de abandono também se reflete nas respostas do poder público. O Plano de Intervenção Urbana (PIU) do Arco Tietê, projeto organizado pela prefeitura para a região, não foi realizado. O PIU tinha como objetivo conectar bairros, atrair investimentos e melhorar a qualidade de vida de uma região onde moram 240 mil pessoas. Propunha a recuperação de áreas ociosas, a construção de moradias populares, a mobilidade sustentável e a ampliação de áreas verdes. Entretanto, a proposta não apresentava medidas concretas para o tratamento da água ou a remoção direta dos poluentes.

Já o rio Pinheiros, passou por uma tentativa de revitalização iniciada em 2019, durante o governo de João Dória. O projeto buscava transformar a área em uma versão paulistana de Puerto Madero, região portuária revitalizada de Buenos Aires, na Argentina, e hoje uma das mais valorizadas da América Latina. Com investimento de R\$ 1,5 bilhão, a primeira etapa incluiu uma das maiores obras de saneamento do país, com cinco novas estações de tratamento e intervenções de drenagem capazes de retirar 700 mil toneladas de detritos do rio. Segundo relatório publicado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo em 8 de maio deste ano, sete dos 16 afluentes monitorados na bacia do

Pinheiros apresentaram melhora na carga orgânica entre 2020 e 2025. Monitorado em tempo real pelo "Lixômetro", o rio teve 16,2 mil toneladas de lixo retiradas apenas no primeiro quadrimestre de 2026, número 19,4% maior que o do mesmo período de 2025.

A canalização também provocou um distanciamento simbólico entre a população e os rios da cidade. Muitos córregos foram completamente soterrados e desapareceram da paisagem urbana, tornando-se invisíveis para grande parte dos moradores. Alguns movimentos, porém, procuram dar visibilidade a essa situação com a ajuda da própria população.

### A cidade sob o asfalto

O projeto Instituto Rios e Ruas, desenvolvido em parceria com o mandato da vereadora Renata Falzoni e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, busca revelar os cursos d'água escondidos sob a urbanização paulistana. Há mais de uma década, a iniciativa ganhou notoriedade ao unir pesquisa histórica, geografia, urbanismo, arte, caminhadas e ativismo ambiental para estimular uma nova percepção sobre a cidade.

A programação prevê dez expedições ao longo de 2026, com caminhadas e passeios de bicicleta, com o objetivo de redescobrir rios, córregos e nascentes soterrados pelo asfalto de São Paulo.

Julio Wainer, arquiteto formado pela Universidade de São Paulo e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), participou recentemente de duas expedições. Segundo ele, a experiência transforma a forma como os participantes enxergam a cidade. "A gente percorre partes de São Paulo conhecendo regiões que muitas vezes não conhecemos e somos convidados a ter um outro olhar, que não está preso só à imagem", afirma.

Para Wainer, a principal força do projeto está no estímulo à reflexão individual sobre o território urbano. "Você se aproxima de outros lugares e, a partir disso, começa a fazer perguntas para si mesmo: 'E o meu bairro? Onde passa o rio lá? E o córrego, como é que está?', o que, em si, já é um processo educativo."

José Bueno, ativista e um dos idealizadores do Instituto Rios e Ruas, afirmou em publicação nas redes sociais de Renata Falzoni, que revelar a cidade invisível sob as ruas faz parte do DNA do projeto. Segundo ele, a iniciativa também busca incentivar uma convivência mais equilibrada entre São Paulo e seus rios.

São Paulo virou as costas para seus rios há mais de um século. Canalizou, soterrou, poluiu e ignorou. Agora, enquanto a cidade afunda a cada temporada de chuvas, o poder público responde com cortes no orçamento. O resultado é sempre o mesmo: quem mora nas margens – dos rios e da sociedade – paga com a casa, com os pertences e, muitas vezes, com a vida. Os rios não sumiram. A cidade é que se recusa a olhar para eles.

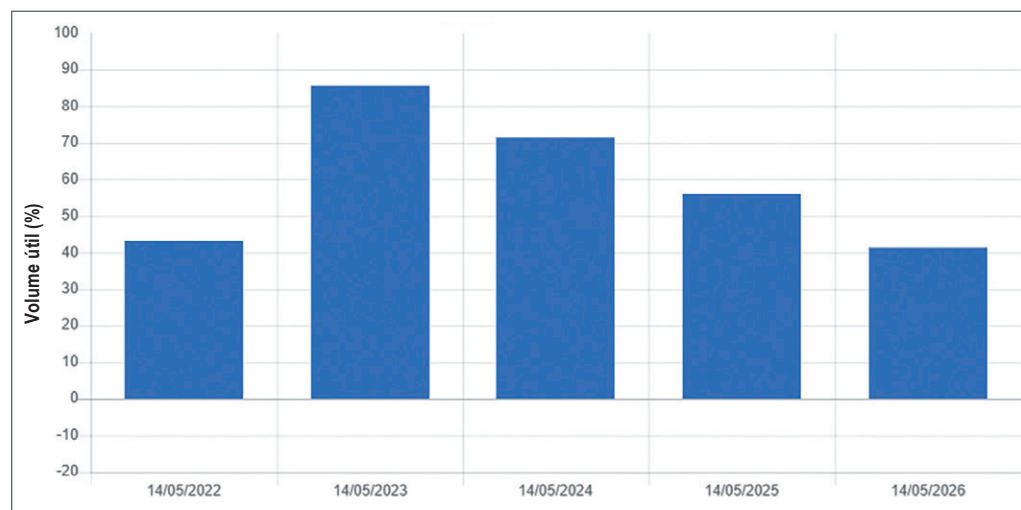


Gráfico da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) sobre o volume útil dos Reservatórios do Cantareira, publicado no dia 14 de maio de 2026

# A “Boca do Lixo”: da ascensão à queda

“A Boca é um legado vivo na cultura brasileira”, diz pesquisador Leopoldo Tauffenbach

Por João Pedro Amador, Maria Dantas Macedo e Olívia De Melo

Entre prostituição, drogas e repressão policial, a “Boca do Lixo” é hoje um dos territórios mais marginalizados de São Paulo. Ainda assim, foi ali que, entre os anos 1960 e 1980, o cinema marginal e a pornochanchada transformaram a região em um dos principais polos culturais do país.

A Boca do Lixo surgiu em 1954, entre as ruas e hotéis do bairro Santa Ifigênia. Com o passar dos anos, expandiu-se por cerca de 40 quadras, alcançando áreas da Sé ao Bom Retiro. O desenvolvimento da região foi impulsionado pela proximidade das linhas de trem, responsáveis pelo transporte dos filmes, além dos aluguéis baratos e dos imóveis amplos disponíveis no local.

A partir da década de 1950, distribuidoras de filmes estrangeiros e pequenos estúdios passaram a se instalar na região. A proximidade com a chamada Cinelândia paulista fez com que a “Boca do Lixo” se consolidasse, nas décadas seguintes, como o principal centro do cinema popular paulistano.

Paralelo a isso, em 1969 foi criada a Empresa Brasileira de Filmes, a Embrafilme, organização estatal responsável pelo incentivo à produção cinematográfica nacional durante o regime militar. O principal objetivo era fortalecer a indústria cinematográfica brasileira por meio de intervenção direta no setor. Segundo o pesquisador de Artes Visuais e professor da Universidade Paulista - Unip, Leopoldo Tauffenbach, apesar da censura e da perseguição a cineastas, a mentalidade nacionalista da época dava espaço para a produção. “Isso fez com que muitos filmes da Boca fossem financiados por essa empresa”, afirma.

Mais de mil filmes foram produzidos no cinema da “Boca do Lixo”, com uma diversidade de gêneros que incluíam ficção científica, pornochanchadas, filmes eróticos, horror e faroestes. Algumas produções chegaram a reunir milhões de espectadores, números raros no mercado cinematográfico brasileiro contemporâneo. Na contramão dos grandes estúdios, organizados como fábricas e comandados por patrões, a Boca reunia pessoas interessadas em fazer cinema em um espaço marcado pela liberdade criativa. Foi nesse cenário que figuras como José Mojica Martins, ator que deu vida ao icônico Zé do Caião, ganharam destaque.

## Filmes da Boca

De acordo com o professor Tauffenbach, os filmes produzidos no local funcionavam como um retrato do Brasil em seus

diferentes períodos históricos, abordando temas populares como sexo e humor. A pornochanchada, por exemplo, tornou-se um fenômeno de bilheteria durante os anos 1970. Com o tempo, muitos cineastas da Boca passaram a tratar os filmes populares como uma linha de produção, utilizando a bilheteria para financiar projetos futuros.

O professor também destaca que o diretor Carlos Reichenbach, um dos principais nomes do cinema da “Boca do Lixo”, defendia um cinema popular e crítico. “É um cinema que o erudito pode ver, o cara sem referências cinematográficas podia ver também e sair do cinema satisfeito com o que ele viu. ‘Carlão’ acreditava que o cinema tem que se comunicar com todo mundo”, completou Tauffenbach.

Os filmes da “Boca do Lixo” ainda repercutem no cinema brasileiro contemporâneo. O diretor Kléber Mendonça Filho, por exemplo, aborda temas como violência urbana, sexualidade e crítica social, ajudando a manter vivo o legado do antigo polo cinematográfico paulistano.

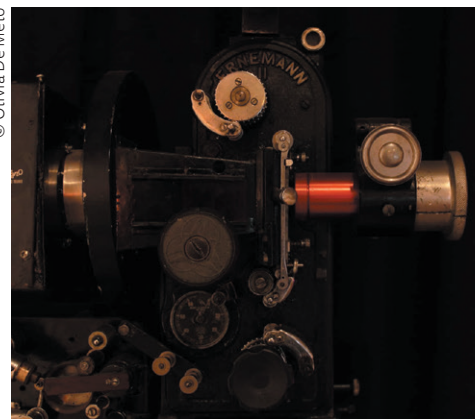
## Bar Soberano

O epicentro da região tinha nome e endereço: “Bar Soberano”, localizado na Rua do Triunfo. Acompanhando a ascensão e o fim da “Boca do Lixo”, o bar permaneceu ativo por três décadas, dos anos 1960 aos 1990.

Em entrevista ao **Contraponto**, Marcelo Colaiácovo, cineasta e dono do reaberto Soberano, relata que o bar era um espaço democrático, frequentado tanto por diretores experientes quanto por pessoas que buscavam o primeiro emprego no cinema. “No quarteirão tinham mais de 30 produtoras e distribuidoras brasileiras independentes. Na hora do almoço e no fim do expediente, todo mundo vinha para o Soberano”, afirma.

O bar permaneceu em atividade enquanto a “Boca do Lixo” ainda concentrava a vida cultural e cinematográfica da região, mas fechou as portas após a transformação do centro e o declínio do polo audiovisual. Colaiácovo conta que, nos períodos mais críticos da região, o imóvel chegou a abrigar uma loja de sucata eletrônica. Hoje, após o início do projeto de revitalização em 2022, o Soberano voltou a funcionar. Foi em frente ao bar que, durante anos, frequentadores da Boca se reuniram para premiar os melhores filmes e atores da região, enquanto as piores produções recebiam o “Troféu Ferradura”. Com o fim do polo cinematográfico, o evento migrou

© Olívia De Melo



Câmera analógica que foi utilizada em filmes da boca do lixo

para locais como o Ponto Chic, no Largo do Paissandu. A última premiação, realizada no Soberano, foi em 2025.

## Cracolândia

No início dos anos 1990, a “Boca do Lixo” começou a perder força com a popularização dos filmes de sexo explícito no Brasil. Ao mesmo tempo, os cinemas de shopping e as locadoras, impulsionados pelo *home video*, passaram a dominar o mercado audiovisual, enquanto o perfil do público também se transformava. Essas mudanças resultaram no enfraquecimento dos cinemas de rua da região e, consequentemente, no fim da “Boca do Lixo” como polo cinematográfico.

Atualmente, a área que um dia foi símbolo do cinema paulista é marcada pela degradação urbana e pelo abandono do poder público. A região central passou a concentrar parte do fluxo da chamada Cracolândia, tornando-se alvo constante de operações policiais e projetos de “revitalização”.

Colaiácovo relata que, durante a reforma para a reabertura do bar Soberano, em 2024, enfrentou dificuldades causadas pela situação social da região. “Para abrir a porta, precisava pedir licença para umas três, quatro barraquinhas vendendo crack”, afirma.

As políticas adotadas para a Cracolândia, especialmente após 2017, são frequentemente criticadas por organizações de direitos humanos e pesquisadores urbanos, os quais apontam o caráter higienista e violento de muitas operações policiais. As ações costumam dispersar usuários pela cidade sem enfrentar, de forma estrutural, questões relacionadas à moradia, saúde pública e dependência química.

O cineasta Colaiácovo chegou a oferecer aulas de cinema para dependentes químicos da região, em uma tentativa de resgatar a memória cultural daquele espaço. Para ele, a valorização do centro e a ampliação de políticas de assistência social são medidas fundamentais para enfrentar o problema.

# Rio Fashion Week reacende debates sobre centralização, influência digital e identidade

**Evento reacende discussões sobre concentração da indústria no eixo Sudeste, presença de influenciadores nas passarelas e os desafios da construção de uma identidade fashion genuinamente brasileira**

Por Julia Cesar Rangel, Laura Petroucic e Sofia Martins

Realizada entre os dias 14 e 18 de abril, a *Rio Fashion Week* marcou o retorno da cidade ao circuito nacional das semanas de moda. Organizado por Paulo Borges, idealizador e diretor criativo da Semana de Moda da capital paulista, o evento reuniu desfiles e apresentações de marcas brasileiras com a proposta de ampliar o circuito *fashion* para além de São Paulo. Mesmo com a tentativa de expansão, os maiores investimentos e a visibilidade da indústria ainda permanecem concentrados na região Sudeste.

Fora desse eixo, a distância continua impactando diretamente o crescimento das marcas. A estilista Gabriela Apio Lowe, natural de Água Boa (Mato Grosso), afirma que o preconceito regional ainda existe dentro da indústria. Segundo Lowe, que cursou moda na Faculdade Santa Marcelina, estar fora do eixo faz com que as oportunidades aconteçam de forma mais lenta. “Quando vou para São Paulo, sinto que as coisas andam anos-luz para a minha marca, diferente de quando estou no interior do Mato Grosso”, afirma.

Ela também explica que marcas fora dos grandes centros dependem muito mais das redes sociais para conquistar espaço e reconhecimento. “Eu nunca pude me dar ao luxo de ser *low profile*. Sempre preciso postar conteúdos para as coisas acontecerem”, diz.

Apesar das dificuldades, Lowe destaca que existem iniciativas de moda em outros estados, como a *Cuiabá Fashion Week*, da qual participou no ano passado. “Só no eixo Rio-São Paulo existe uma organização mais forte. Nos outros estados, cada *fashion week* funciona separadamente”, afirma.

A designer de moda avalia que a *Rio Fashion Week* representa um avanço importante, mas ainda limitado. Em entrevista ao **Contraponto**, ela analisa que “foi muito legal ver uma semana de moda fora de São Paulo, mas ainda existe essa imagem romantizada do Rio como vitrine do Brasil”.

Para Lowe, a moda brasileira ainda precisa investir em iniciativas que incluam outras regiões do país. “O Brasil tem artistas incríveis espalhados pelo interior. Falta conectar mais esses eventos regionais ao circuito nacional da moda”, afirma.

Apesar da proposta de ampliar o alcance do setor para além dos grandes centros, a *Rio Fashion Week* também evidenciou outra transformação crescente dentro da indústria: a presença cada vez maior de influenciadores digitais nas passarelas e nos eventos *fashion*.

Os influenciadores Geovanna Alencar e Arthur Lima realizaram o “passinho do jamal”, passo de dança viral nas redes sociais, durante o desfile. A atitude gerou repercussão e debates sobre os limites entre entretenimento digital e performance profissional nas passarelas. O episódio foi criticado por especialistas da moda e da arte, que apontaram desrespeito ao trabalho técnico envolvido nos desfiles.

© Instagram: @alencarzaoficial



**Influenciadores Geovanna Alencar e Arthur Lima fazem “passinho” na passarela da Rio Fashion Week**

A modelo Naomi Takagui, em entrevista ao **Contraponto**, afirma acreditar em um equilíbrio entre influenciadores e modelos profissionais, desde que exista comprometimento com a profissão.

“Acredito que possa haver um equilíbrio entre influenciadores e modelos nas passarelas, contanto que o influenciador busque aprender e respeite nossa profissão e todo o treinamento que envolve desfilarmos, algo que nem sempre acontece, como vimos na *Rio Fashion Week*”, afirma.

Para Takagui, o problema não está na presença de pessoas vindas do meio digital, mas na falta de preparo e na banalização das exigências técnicas da profissão. Influenciadores podem atuar como modelos, desde que exista respeito pelo espaço ocupado, dedicação e compreensão sobre como se portar nas passarelas.

Enquanto muitas modelos desfilam sem remuneração em semanas de moda, influenciadores digitais podem faturar

milhões com publicidade e conteúdos nas redes sociais. Para parte dos profissionais da área, essa diferença reforça uma sensação crescente de desvalorização da profissão. “Fico horas em filas de *casting* para ser vista por 15 segundos. Me dedico para atingir o corpo ideal, passo até 10 horas em pé em estúdios e, muitas vezes, recebo o cachê meses depois”, relata Takagui.

Segundo ela, modelos com forte presença digital acabam conquistando mais oportunidades comerciais. “Quando o modelo também tem presença nas redes sociais, ele pode ter um cachê maior, receber presentes das marcas e benefícios que os modelos tradicionais muitas vezes não recebem”, complementa.

Além das transformações provocadas pela era digital e pela busca constante por visibilidade, cresce dentro da indústria a discussão sobre identidade cultural e representação. Afinal, além das disputas por espaço nas passarelas, a moda brasileira ainda busca consolidar uma imagem própria no cenário internacional. Para parte dos profissionais do setor, a baixa representatividade de artistas, estilistas e referências culturais fora do Sudeste contribui para uma visão limitada do Brasil no exterior.

Desde o período colonial, o Brasil mantém fortes referências culturais estrangeiras, especialmente europeias. A colonização portuguesa impactou profundamente a formação cultural do país e influenciou a construção de uma identidade nacional. Nesse contexto, a valorização de referências brasileiras ainda aparece como um desafio em diferentes setores culturais, incluindo a moda.

O setor *fashion* brasileiro não se resume à moda praia, embora essa ainda seja uma das imagens mais associadas ao país internacionalmente. Diferentes expressões regionais participam da construção da identidade estética nacional, mas nem todas recebem o mesmo espaço dentro da indústria. A moda produzida no Nordeste, por exemplo, ainda possui menor visibilidade em comparação aos grandes centros do Sudeste.

A construção estética brasileira resulta da mistura entre culturas indígenas, africanas, europeias, urbanas e periféricas. O cinema e a mídia internacional frequentemente reforçam uma representação limitada do Brasil, retratando o país apenas por meio de cenários tropicais e turísticos, o que contribui para a manutenção de estereótipos.

# A falta de alfabetização plena ajuda a explicar por que ler ainda é privilégio no Brasil

*Especialistas relacionam a crise da leitura no país a um processo histórico de exclusão educacional, desigualdade social e precarização cultural*

Por Amanda Campos, Eduarda Amaral, Inaiá Misnerovicz, Lawanny Nascimento e Vitória Nascimento

As redes sociais transformaram o ato de ler e a forma como os livros circulam no mercado brasileiro. Nos últimos anos, o BookTok (comunidade literária do TikTok) consolidou a leitura como experiência estética, viral e coletiva, aproximando uma geração mais jovem dos livros por meio de vídeos curtos, resenhas e desafios. Para esse público, a leitura também passou a ocupar um espaço de identificação e pertencimento entre jovens usuários das redes.

A dimensão do fenômeno aparece no estudo *BookTok Brasil e as Novas Experiências Literárias*, desenvolvido pelo centro de pesquisa Reglab em 2026. A pesquisa aponta que vídeos com a hashtag #BookTokBrasil ultrapassaram 3 bilhões de visualizações no ano anterior, o que influenciou vendas e impulsionou a redescoberta de clássicos da literatura. Ainda assim, os pesquisadores apontam um limite importante: o alcance das redes continua diretamente ligado ao consumo e ao poder de compra.

É nesse contexto que surge o novo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) 2026-2036, lançado pelo Governo Federal em parceria com o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Educação (MEC) no dia 23 de abril, o Dia Mundial do Livro. Entre as iniciativas está o MEC Livros, plataforma digital gratuita que registrou títulos esgotados poucas horas após o lançamento. Em pouco mais de seis semanas de funcionamento, a nova plataforma contabilizou quase 400 mil empréstimos e mais de 4 milhões de visualizações de obras.

O novo PNLL dá continuidade a uma série de políticas públicas voltadas ao livro e à leitura no Brasil. O primeiro marco foi em 2013, com a criação da Política Nacional do Livro, que o reconheceu como instrumento central para a difusão da cultura e do conhecimento. Em 2018, a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) transformou o incentivo à leitura, à escrita e às bibliotecas em estratégia permanente do Estado. Já em 2024, o Decreto nº 12.166 regulamentou a PNLE e estabeleceu ações conjuntas entre União, estados e municípios para fortalecer essas políticas. Durante a elaboração do novo plano, os ministérios também abriram uma consulta pública na plataforma Participa + Brasil, que reuniu cerca de 1.600 propostas incorporadas ao texto final do PNLL.

Além da ampliação das políticas públicas, o governo também busca ampliar a transparência sobre os investimentos na

área, reunindo programas, dados e ações em uma única plataforma. Entre as ferramentas disponíveis no novo site do PNLL está um painel interativo, que mostra os investimentos realizados por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

Com 85 editais voltados ao livro e à leitura em todo o país, o investimento até o momento é de R\$67 milhões. Liderando o volume de recursos específicos, o estado de São Paulo conta com R\$22 milhões distribuídos em quatro editais. Além da divisão dos investimentos entre estados e capitais, o painel também permite acompanhar os tipos de ações apoiadas, como construção de bibliotecas, feiras literárias, oficinas, cursos e incentivo à produção escrita.

São Paulo também saiu na frente na criação de uma biblioteca digital. A BibliON, biblioteca digital gratuita, foi lançada em 2022 pelo Governo do Estado e hoje conta com mais de 20 mil livros digitais, audiolivros, revistas e jornais, além de atividades extras como clubes do livro, oficinas e podcasts. Dois anos depois, foi a vez da capital criar sua própria biblioteca digital gratuita: a BiblioSP foi lançada pelo Sistema Municipal de Cultura e possui 17 mil títulos disponíveis.

Uma das metas do novo PNLL é garantir que todos os municípios brasileiros tenham ao menos uma biblioteca. Após a queda de visitantes nos anos seguintes à pandemia, esses espaços começaram a apresentar recuperação no número de visitantes. Segundo dados da Prefeitura de São Paulo, as bibliotecas municipais receberam 1,1 milhão de visitantes em 2024, aumento de 30,94% em relação aos dois anos anteriores. O levantamento da iniciativa Biblioteca em Números também apontou crescimento de 20% no empréstimo de livros no mesmo período.

O acesso gratuito aos livros ainda divide opiniões, mas revela um ponto recorrente no debate: ler continua sendo visto como uma ferramenta de transformação social. Em entrevista ao **Contraponto**, estudantes universitários demonstraram entusiasmo com iniciativas de democratização da

leitura, embora também apontem limites estruturais que vão além do simples acesso aos livros.

A visão mais otimista veio da estudante de Direito, Maria Clara Trigo, que descreveu a leitura como parte constante de sua vida e destacou o impacto cultural da iniciativa. Para ela, o projeto representa “um passo muito importante, justamente para garantir que mais pessoas tenham mais conhecimento”. Leitora assídua desde a infância, Trigo também trouxe um ponto central para o debate. Para ela, oferecer livros gratuitamente não resolve sozinho o problema da leitura no país, já que milhões de brasileiros ainda enfrentam dificuldades básicas de interpretação textual.

Os dados reforçam essa preocupação. Segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), 29% dos brasileiros entre 15 e 64 anos são considerados analfabetos funcionais – pessoas que conseguem identificar palavras e frases simples, mas encontram dificuldade para compreender, interpretar e relacionar informações mais complexas no cotidiano –, índice que permanece praticamente estagnado desde 2018. Os dados entre os jovens também chamam atenção: o percentual subiu de 14% para 16% nos últimos anos. Já o UNICEF Brasil alerta que a dificuldade de interpretação de texto compromete diretamente o desenvolvimento educacional e social do país.

© Berna/Pexels



Enquanto o debate público repete o discurso de que “o brasileiro não lê”, especialistas dizem que o problema talvez nunca tenha sido falta de interesse, mas um processo histórico de exclusão educacional e cultural. Para o professor de literatura e

mestre em filosofia Norival Leme, os baixos índices de leitura no Brasil representam o resultado esperado de um país que nunca tratou a alfabetização e a formação crítica como prioridade estrutural. “Antes de alfabetizar a população, chegou o rádio. Antes de alfabetizar a população, chegou a televisão. Antes de alfabetizar a população, chegou a internet. Antes de terminar de alfabetizar a população, chegou a inteligência artificial”, aponta.

Segundo ele, o Brasil foi historicamente construído sobre profundas desigualdades sociais e educacionais. Da escravidão à concentração do acesso à escola e à linguagem, o país formou uma estrutura em que o conhecimento permaneceu por muito tempo restrito às elites. “Nunca houve antes na história desse país um sério plano de alfabetização, um sério plano de introdução à leitura”.

Se, por um lado, a formação leitora brasileira carrega marcas profundas da desigualdade histórica, por outro, os dados recentes mostram que o interesse pelos livros persiste mesmo em um cenário de exclusão educacional e precarização do tempo livre. Dados da Câmara Brasileira do Livro apontam que o Brasil ganhou cerca de 3 milhões de novos leitores em 2025, movimento impulsionado principalmente por jovens e pela influência das redes sociais.

Para o jornalista e crítico literário Rodrigo Casarin, os dados precisam ser analisados com cautela. Ele afirma que as próprias métricas usadas pelas pesquisas acabam criando uma definição extremamente ampla e superficial do que significa ser leitor. Para a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, é considerado leitor qualquer indivíduo que tenha lido, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses, independentemente do gênero ou da complexidade da obra. A metodologia segue padrões internacionais, mas, para Casarin, acaba criando uma definição ampla demais sobre o que significa leitura. “Se você passou na frente da igreja e ouviu o padre lendo a Bíblia, você já poderia ser considerado leitor”, critica.

A análise busca aprofundar o debate sobre formação leitora no país. Para Casarin, discutir leitura exige ir além da quantidade de livros consumidos e questionar também a qualidade da relação construída com os textos e com a própria interpretação crítica. “[A metodologia] não faz distinção de qual é o tipo de leitura que você está lendo. Tanto faz se você está lendo Clarice Lispector, Machado de Assis ou qualquer bobagem”, diz.



Rodrigo Casarin na Feira do Livro de 2025

Enquanto romances clássicos exigem tempo, concentração e interpretação, o mercado tem visto crescer o consumo de obras de autoajuda, finanças pessoais e fórmulas rápidas de sucesso. Em 2025, livros devocionais, de desenvolvimento pessoal e educação financeira dominaram as listas de mais vendidos do país. Obras como *Café com Deus Pai*, do pastor Junior Rostitola, venderam quase 295 mil exemplares, enquanto títulos voltados à riqueza, produtividade e “mudança de mentalidade” seguiram entre os líderes de vendas nacionais.

Leme diz que o hábito não pode ser analisado apenas como escolha individual, mas como consequência das próprias condições materiais da população brasileira. Em um país marcado pela exaustão, precarização do tempo livre e dificuldades de formação crítica, “promessas de soluções simples para problemas complexos são muito mais atrativas do que Dom Casmurro”, afirma.

O filósofo relaciona esse cenário à própria estrutura social brasileira. “Quem vive na escassez vai valorizar a riqueza”, explica. Para ele, livros de coaches, influenciadores financeiros e discursos motivacionais dialogam diretamente com uma população atravessada pela sobrevivência cotidiana. “Eu chego em casa esgotado. Então imagina quem pega duas horas de ônibus para ir e duas para voltar.” Na visão do professor, o problema não está apenas no avanço de conteúdos rápidos, mas na dificuldade histórica do país em formar leitores capazes de interpretar criticamente informações complexas. “Conseguir depurar a informação, pesquisar fontes, interpretar situações complexas, tudo isso passa muito pela competência leitora.”

Nesse sentido, Casarin questiona a qualidade da relação construída com a leitura. “Que tipo de leitor nós queremos formar?”, pergunta. Para ele, reduzir a leitura ao simples consumo de informação ignora a dimensão crítica, estética e reflexiva da literatura. Mesmo quando busca escapar da realidade, a literatura acaba recolocando o indivíduo diante dela. “A literatura faz justamente o contrário de nos afastar da experiência. Ela nos coloca em contato mais intenso com a própria realidade”, afirma.

O jornalista defende que a leitura literária amplia formas de perceber o mundo, elaborar sentimentos e compreender experiências humanas para além da lógica imediata de produtividade. Segundo ele, mesmo obras de ficção aparentemente distantes da realidade cotidiana continuam atravessadas por conflitos profundamente humanos. “O que a gente vai encontrar na ficção são dilemas que a gente tem na nossa realidade, trabalhados de uma forma diferente”, explica. “Numa tentativa de fuga, a gente acaba olhando para a nossa realidade por outro caminho, por outro viés.”

Ler é um ato que exige tempo, silêncio e, antes de tudo, acesso. No Brasil, um país em que o livro novo custa em média o equivalente a duas horas de trabalho no salário mínimo, o acesso nunca foi democrático. Bibliotecas públicas existem, mas são esparsas, subfinanciadas e invisibilizadas nas políticas urbanas. As escolas distribuem o livro didático, mas raramente o literário. O resultado é uma geração que aprende a decodificar letras sem nunca ter a experiência de escolher o que quer ler.

# O que causa a queda no número de usuários dos aplicativos de namoro?

A sensação de opções infinitas e conversas rasas tem resultado em fadiga e desilusão com vínculos online

Por João Pedro Lopes, Natália Perez e Rayssa Paulínio

Há mais de uma década, os aplicativos de namoro vêm modificando a maneira como as pessoas se conhecem, flertam e iniciam relacionamentos. Plataformas como Tinder, Bumble e Badoo se consolidaram como parte da rotina de milhões de usuários ao redor do mundo, especialmente entre os jovens.

Desde 2012, uma pesquisa conduzida pela Universidade Stanford aponta que o número de casais que se conheceram online não para de crescer, e já ultrapassa a principal estratégia de formação de casais desde os anos 1960: conhecer alguém por meio de amigos. Em 2021, a porcentagem de casais que se conheceram por meio digital passou de 50%.

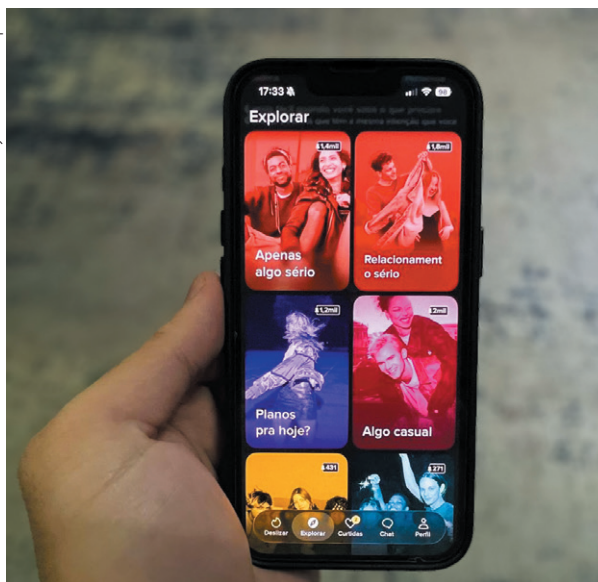
Em 2025, uma pesquisa da Mobile Time com a Opinion Box relatou que 23% dos brasileiros que possuem celulares já saíram em encontros com alguém que conheceram em apps de relacionamento. Com média de 29%, os jovens entre 16 e 29 anos concentram o maior índice de encontros iniciados por aplicativos.

Apesar do aumento dos apps de relacionamento, o que antes simbolizava praticidade e infinitas possibilidades começa a dar sinais de desgaste. Nos últimos anos, cresce a percepção de que os aplicativos perderam parte de sua proposta original de aproximar pessoas e passaram a gerar experiências cada vez mais frustrantes.

Esse movimento já aparece tanto nos relatos dos usuários quanto nos números mais recentes do setor. Reportagens publicadas em 2026 por veículos brasileiros e internacionais mostram que aplicativos de relacionamento enfrentam queda de engajamento, redução de usuários pagos e um desgaste crescente entre os jovens.

Em entrevista ao **Contraponto**, a psicanalista Valdirene Silva, formada pelo Núcleo Brasileiro de Psicanálise (NBP), explica que a digitalização gerou um distanciamento físico e emocional entre as pessoas: “Cada vez mais, as relações virtuais podem ou não seguir para relações verdadeiras, duradouras e até mesmo afetivas. A expectativa está moldada nesta nova cultura de comportamento que entende não ser necessário proximidade para ser próximo”.

© João Pedro Lopes



A chamada fadiga dos aplicativos de namoro passou a ser discutida pelo mercado, após pesquisas apontarem que grande parte da Geração Z se sente emocionalmente cansada das dinâmicas dessas plataformas, marcadas por *ghosting*, excesso de opções e interações consideradas superficiais. Em reportagem publicada pelo Estado de Minas, dados da *Forbes Health* mostram que 79% dos jovens relatam esgotamento com aplicativos de relacionamento.

Usuária esporádica do aplicativo Bumble, a estudante Rayane Petek, de 21 anos, relata que considera muito difícil manter o interesse nas pessoas que conhece online. “Às vezes você conhece alguém, acha muito legal e quando vai ver ela já está saindo com outra. Você acaba se sentindo um pouco descartável e, apesar de não pensar assim, sinto que a quantidade de opções disponíveis faz as pessoas questionarem se realmente estão conversando com a mais legal ou mais bonita”.

A crise também afeta diretamente os gigantes do mercado. O Tinder perdeu quase 15 milhões de usuários ativos mensais entre 2021 e 2025. A Match Group, empresa dona da plataforma, passou a admitir dificuldades para manter o interesse do público mais jovem. Hoje, estima-se que cerca de 75% dos usuários do aplicativo sejam homens, desequilíbrio que levou a companhia a investir milhões de dólares em novas ferramentas para tentar recuperar o público feminino e tornar a experiência menos desgastante.

Entre as apostas estão recursos de inteligência artificial capazes de selecionar menos perfis e priorizar conexões consideradas mais compatíveis, numa tentativa de combater o chamado *swipe fatigue*, o

© Divulgação/Unsplash



Além de gerar cansaço pelas quantidade de opções, o sistema de escolha também impulsiona julgamentos

cansaço provocado pela lógica quase infinita de curtidas e matches.

Ao ser questionado sobre a experiência de usar aplicativos sendo um homem, o estagiário de marketing, Victor Santos, relata que se sente um pouco entediado. “É uma experiência um pouco cansativa, depois de um tempo as coisas acabam ficando repetitivas e chatas. Alguns caras costumam criar um personagem para se sentirem validados e, principalmente no mundo gay, aparência e estilo de vida são o que a maioria gosta de colocar na vitrine”.

Entre os principais motivos apontados para esse afastamento estão o chamado *“dating burnout”*, termo usado para definir o esgotamento emocional provocado pelos aplicativos, além da sensação de superficialidade, excesso de opções e dificuldade de construir conexões genuínas.

Executivos da própria Match Group afirmaram que muitos jovens passaram a enxergar essas plataformas como ambientes artificiais e cansativos, preferindo formas mais espontâneas de conhecer pessoas, como eventos presenciais, grupos de interesse e interações fora das telas.

Silva relembra que o comportamento humano molda todo tipo de relacionamento, seja digital ou presencial. “O distanciamento de corpos dificilmente promove afetividade e, assim, se tornam cada vez mais vazios, rasos e impessoais nas suas verdades”.

O fenômeno levanta um questionamento importante: depois de revolucionarem os relacionamentos na era digital, os aplicativos de namoro estariam começando a perder seu propósito e relevância?

As opções variam, mas os aplicativos de namoro se assemelham na lógica operacional

## Zumví: um arquivo contra o esquecimento

Exposição do Instituto Moreira Salles transforma o arquivo fotográfico de Lázaro Roberto em uma discussão sobre memória, autoria e pertencimento negro no Brasil

Por Isabela Fabiana, Manoella Marinho e Maria Olívia Almeida

Com curadoria de Hélio Menezes, *Zumví: Arquivo Afro Fotográfico* percorre temas desenvolvidos pelo fotógrafo Lázaro Roberto ao longo de mais de três décadas. A mostra reúne imagens da Feira de São Joaquim, do carnaval de Salvador, do candomblé e do cotidiano da população negra baiana. Mais do que registrar acontecimentos, as fotografias evidenciam quem sustenta esses espaços e quais histórias permanecem invisibilizadas. “Ele fotografa sobretudo o substrato humano da festa”, afirmou Menezes ao comentar as imagens dos cordeiros – trabalhadores responsáveis por segurar as cordas dos blocos carnavalescos.

O trabalho de Roberto começa na década de 1970, durante sua atuação em movimentos sociais. Enquanto distribuía panfletos, o fotógrafo registrava a cidade de Salvador, onde morava, e das pessoas que a habitavam. Sem se dar conta, formou uma coleção de documentos históricos que hoje compõem um arquivo fotográfico com cerca de 50 mil imagens. Fotografar dentro da cidade mais negra fora de África carrega consigo grande potência narrativa de resistência. O olhar de Roberto compreende o fotografado como indivíduo e não apenas como objeto fotográfico, segundo o fotógrafo, esta perspectiva torna possível a preservação da memória negra de forma autêntica e antirracista.

Seus registros iniciais narram um processo de transformação em Salvador. Em entrevista ao **Contraponto**, Roberto descreve essa mudança. “As mulheres hoje estão com o cabelo natural. Os homens com os cabelos trançados. Antigamente, em Salvador, quando o homem trançava o cabelo, era no carnaval, mas na Quarta-Feira de Cinzas ele saía, cortava ou desmanchava o trabalho”.

O Arquivo Afrofotográfico nasce também como uma disputa por narrativa: quem tem o direito de registrar, preservar e contar a história da população negra no Brasil. Durante décadas, a imagem do povo negro foi construída majoritariamente por fotógrafos brancos, quase sempre atravessada pelo exotismo, pela marginalização ou pela violência. Ao perceber essa ausência, Roberto transforma a câmera em instrumento de memória e declaração. “Eu sou militante do movimento negro, mas eu nunca fui militante de subir no palco para dar desculpas. Ponto. A minha militância foi toda em cima da imagem”, afirma.

Há algo profundamente simbólico quando o fotógrafo relembra que, ao começar a registrar o próprio bairro, perguntavam se ele havia “virado turista”. Esta reflexão revela o estranhamento diante de uma pessoa negra ocupando o lugar de quem observa e produz imagens. “Quando eu começo a fotografar, foi uma coisa também que eu observei: não tinha fotógrafo negro na minha trajetória”, revela. A câmera, historicamente associada ao olhar branco, parecia não pertencer àquele corpo. Fotografar, então, torna-se também reivindicar presença e pertencimento.

Essa ética da imagem surge de forma ainda mais potente na relação com o candomblé. Em oposição ao olhar externo que busca o espetáculo e o incomum, Roberto defende o respeito aos limites do sagrado. “Existe um olhar em cima do exótico, do povo negro”, afirma, ao criticar fotógrafos que invadem terreiros sem compreender sua cosmovisão. No *Zumví*, fotografar não é capturar o outro, mas sim construir memória com responsabilidade. Mais do que um acervo fotográfico, a exposição é um quilombo visual, um espaço onde pessoas



Fotografia que compõe exposição no IMS

negras deixam de ser apenas imagens produzidas por terceiros e passam a narrar a própria história.

Nesse contexto, o projeto de Roberto surge como uma ruptura na construção da documentação visual brasileira. “Porque o que a gente percebe nesse processo da história da fotografia no Brasil é que sempre falou por nós, nos documentou. E hoje isso tá mudando”, disse o fotógrafo. Sua prática parte de um convívio com os retratados, construída em oposição à lógica histórica da invasão e da captura do “outro”.

Desse modo, a fotografia deixa de operar como instrumento de extração e passa a funcionar como experiência compartilhada. A dimensão ética do projeto atravessa especialmente os registros religiosos e comunitários presentes na mostra. Em vez de explorar os rituais privados do candomblé, as imagens ressaltam a dimensão pública, política e coletiva da presença negra em Salvador. “Minha fotografia me deu consciência racial”, afirmou Roberto ao explicar como o próprio ato de fotografar transformou sua percepção sobre a cidade.

A curadoria também opta por expor o arquivo em sua materialidade original, preservando manchas, deteriorações e perdas de imagem acumuladas ao longo do tempo. Para Menezes, essas marcas revelam “uma história social negra partilhada no Brasil” atravessada pela precariedade e pela resistência. “Eu fotografo para o futuro”, afirma Roberto. A frase sintetiza a dimensão política da exposição: produzir imagens que não apenas documentam a população negra, mas garantem que ela seja autora da própria narrativa histórica.



© Manoella Marinho

Coletiva de imprensa com curador e criadores do projeto Zumvi

# O feminicídio que a tela não explica

Do corpo de *Laura Palmer* às estatísticas brasileiras, o feminicídio no cinema oscila entre denúncia e espetáculo

Por Beatriz Paulino, Giovanna Stefani Tonelli e Luis Henrique Oliveira

Em 1990, o público estadunidense foi apresentado à personagem Laura Palmer da única maneira que a narrativa permitia: enrolada em saco plástico, às margens de um rio de cascalho, morta. Tinha apenas dezessete anos e estava nua sob o invólucro branco, aberto de um jeito que apresentava a moça de forma contida para o telespectador, o rosto sereno mesmo após 24 horas debaixo d'água.

*Twin Peaks*, série criada por David Lynch e Mark Frost, construiu uma cidade inteira sobre esse cadáver sem mostrar Laura em nenhuma cena do seriado. Suas aparições se limitaram ao seu corpo sem vida e a uma fotografia, que viria a ser símbolo na cultura pop. Sua presença funcionava como alicerce para representar o luto dos habitantes e instigar a investigação do detetive Dale Cooper.

Em entrevista para o **Contraponto**, Gabriela Carvalho, formada em audiovisual pela UNILA, explica que essa construção implica em “uma hipersexualização daquele corpo, o que é perturbador de se nomear, considerando que é o corpo de uma garota morta após um estupro violento. Você está numa relação íntima com aquele corpo sem autorização, e ele não tem mais poder algum sobre si mesmo.”

as figuras que compõem a obra declaram, “Laura brincava com fogo”.

“A linha entre representar o feminicídio e usá-lo como dispositivo narrativo está em como ele é construído. Falar sobre o feminicídio é essencial, desde que isso seja feito mostrando de fato o que ele é e quem é o seu principal causador: o homem”, diz Gabriela.

Essa representação, porém, não é um caso isolado. Foi justamente o movimento *#MeToo*, em 2017, que ampliou debates sobre a forma como o cinema retrata violência de gênero e feminicídio, porque mais mulheres passaram a se sentir acolhidas para falar sobre a violência sofrida.

Segundo pesquisas feitas em Hollywood, 94% das mulheres da indústria cinematográfica já sofreram assédio sexual ou outro tipo de abuso. O movimento ampliou o espaço para denúncias públicas dessas mulheres, que sofriam abusos e não tinham liberdade para falar sobre. Com isso, diversas vítimas denunciaram os casos, ao contrário de antigamente, quando muitas permaneciam caladas. Assim, o tema passou a ganhar maior espaço no debate público e midiático

Diversos filmes retratam o feminicídio nos dias atuais. Como, por exemplo, *She Said*, que aborda um dos homens mais influentes de Hollywood, Harvey Weinstein, mostrando os casos de abuso e violência cometidos por ele na indústria cinematográfica. Com as investigações, duas jornalistas publicaram uma reportagem no *The New York Times* em 2017, publicação considerada um dos marcos para a expansão do movimento *#MeToo*.

Outro filme que retrata essa questão é *Women Talking*. A trama conta a história de mulheres que vivem em uma comunidade patriarcal, em que várias são vítimas de abusos sexuais. A partir disso, o tema passa a gerar discussões sobre a violência e o controle masculino. O longa aborda, principalmente, os impactos psicológicos e sociais da violência sofrida por essas mulheres.

Gabriela Carvalho aponta que, apesar do avanço no número de roteiristas e diretoras mulheres após movimentos como o *#MeToo*, a mudança ainda é limitada. “O olhar masculino heterossexual está profundamente impregnado numa sociedade



Zoe Kazan e Carey Mulligan vivem jornalistas do *The New York Times* em *She Said*

misógina e machista”, afirma. Para ela, mulheres também podem reproduzir esse olhar em suas obras, às vezes de forma quase involuntária, por estarem inseridas num meio em que foram socializadas.

Para além da ficção, o feminicídio tem ocupado grande espaço nas estatísticas de segurança pública no Brasil. Segundo dados oficiais do Ministério da Justiça, foram registrados 1.470 casos de feminicídio entre janeiro e dezembro de 2025. O perfil das vítimas escancara desigualdades estruturais: 62,6% são negras, evidenciando as desigualdades raciais associadas à violência de gênero.

Segundo dados recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cada 14 horas uma mulher é morta simplesmente por ser mulher no país. E o drama vai além da morte em si; as tentativas de feminicídio, os ataques com ácido, as facadas e os estrangulamentos que deixam sobreviventes com marcas físicas e psicológicas perpétuas também engrossam as estatísticas do terror doméstico.

O diálogo entre cinema e realidade revela como a arte também contribui para ampliar debates sobre violência de gênero. Nesse contexto, o cinema também funciona como espaço de interpretação social, expondo dinâmicas de poder, silenciamento e desigualdades que atravessam a vida cotidiana. Os filmes passaram a provocar discussões sobre masculinidade tóxica, falhas na proteção estatal e urgência de políticas públicas que funcionem efetivamente.

As telas surgem como um espelho do que acontece; ao mesmo tempo que revelam falhas e desigualdades, também oferecem caminhos para a reflexão e transformação do meio. Em tempos de índices alarmantes de violência, o cinema reafirma seu papel político ao dar voz às vítimas e questionar estruturas que ainda permitem que o feminicídio continue acontecendo.



Laura Palmer é interpretada por Sheryl Lee

À medida que os episódios avançam, a história da personagem é contada de trás para frente; ela era usuária de drogas ilícitas, traía o namorado e se prostituía no *One Eyed Jacks*, bordel que fica na fronteira canadense da cidade. De repente, a narrativa passa a associar o feminicídio ao comportamento da personagem, pois, como

# Misoginia em músicas reflete como a sociedade enxerga figuras femininas

A popularização de letras ofensivas às mulheres evidencia como discursos machistas seguem amplamente consumidos nas plataformas digitais

Por Annick Borges, Gabriela Dias e Lorena Basília

## Violência simbólica nas plataformas

Hoje, grande parte das paradas musicais é composta por artistas homens, e muitas de suas letras de sucesso fazem referência às mulheres. Segundo uma pesquisa publicada pelo portal *PopLine* em seu perfil no Instagram, metade das músicas presentes no top 10 do *Spotify* utiliza a palavra “puta” para se referir a figuras femininas.

Letras misóginas frequentemente retratam mulheres de maneira marcada por objetificação, posse e desvalorização. Esse tipo de discurso não aparece desconectado da realidade e encontra ampla circulação nas redes sociais e plataformas digitais. “Esse tipo de música dissemina misoginia. Ela não apenas dialoga com essa violência, mas também contribui para sua naturalização e perpetuação”, aponta Camila Galleti, socióloga e pesquisadora de gênero pelo IFB (Instituto Federal de Brasília).

Segundo Galleti, “a música pode ser uma ferramenta para disseminação da misoginia, como um projeto político e cultural, para que as pessoas não questionem determinadas violências”.

O debate, porém, não se resume à criminalização de gêneros musicais específicos. A discussão frequentemente recai sobre artistas e produtores que lucram com conteúdos associados à objetificação feminina. “Para que exista um sentimento de pertencimento e identidade em determinados grupos, muitas vezes determinadas violências acabam sendo reproduzidas”, afirma Galleti. A circulação massiva desse tipo de conteúdo também levanta debates sobre os impactos culturais da misoginia nas redes.

Em um discurso para a União Brasileira de Compositores (UBC), o diretor global de parcerias do *Spotify*, Bryan M. Johnson afirmou que o funk brasileiro foi o gênero *mainstream* que mais cresceu globalmente na plataforma em 2025. O crescimento desse conteúdo também intensificou discussões sobre a circulação de discursos machistas nas plataformas digitais.

Com a ampliação desse debate, cresce também a responsabilização das mulheres que consomem esse tipo de conteúdo. “Eu penso que as mulheres podem até ouvir, mas que sejam conscientes do que estão consumindo. A gente tem que ter um limite também, não tem como ficar aceitando tudo isso”, afirma DJ Lorrany, artista de funk periférico. O debate também envolve a relação entre liberdade de consumo cultural e consciência sobre o conteúdo consumido.

## As do ‘job’

Nos últimos anos, músicas com títulos como “Macetada nas do Job”, de MC Rodrigo do CN, e “Casei com a Putaria”, de MC Paiva, passaram a dominar *playlists* e *trends* nas redes sociais. Em comum, muitas delas retratam figuras femininas de maneira sexualizada e hierarquizada.

A expressão “mulher do job”, por exemplo, popularizou-se como uma forma de classificá-las e associá-las a relações superficiais, profissionais do sexo ou sexualidade explícita. Nas letras, elas aparecem frequentemente como “algo para usar”, “para gastar dinheiro” ou “para não assumir”. O fenômeno não acontece apenas na música: no cotidiano, o termo também se espalhou em discursos que reforçam divisões morais entre mulheres. Nesse contexto, esse tipo de conteúdo contribui para a naturalização da objetificação feminina no entretenimento digital.

Para a socióloga Camila Galleti, o crescimento desse tipo de conteúdo não pode ser analisado isoladamente. Segundo ela, “quando há uma disseminação maior de letras misóginas que tentam naturalizar desigualdades de gênero, isso também é uma forma de continuar estabelecendo um padrão de tratamento às mulheres”. De acordo com a pesquisadora, estruturas patriarcais historicamente regulam comportamentos femininos, influenciando desde as roupas utilizadas até a maneira como mulheres ocupam determinados espaços sociais. “Se você é uma mulher considerada muito livre, sua moralidade passa a ser questionada imediatamente”, afirma.

Essa lógica também aparece nas letras que dominam as plataformas digitais. Frequentemente, as mulheres são divididas entre as “certas” e as “erradas”, reforçando divisões morais associadas ao comportamento feminino. Camila também chama atenção para o recorte racial

presente nessa discussão. Segundo ela, mulheres negras historicamente foram mais sexualizadas pela sociedade brasileira desde o período colonial. “Mulheres racializadas, sobretudo mulheres pretas, são frequentemente associadas a papéis de hipersexualização e cuidado. Isso é estrutural”, afirma.

## A contracultura feminina

Nos últimos cinco anos, o cenário musical brasileiro tem registrado um aumento da presença feminina no funk e no rap. DJ Lorrany faz parte desse movimento, que reúne mais mulheres nas produções e nos palcos. “Muitas meninas vieram falar que eu era muito corajosa e que isso era muito representativo para elas também, de ver uma pessoa de periferia negra, sabe? Uma mulher negra realmente tocando funk, que toca no baile, não o funk comercial”, relata.

O funk comercial é impulsionado principalmente pelas gravadoras para alcançar maior circulação comercial. Atualmente, algumas das maiores produtoras do gênero são GR6, Love Funk, Bololo Records e KondZilla. As três primeiras estão sendo investigadas na operação Narco Fluxo, enquanto a Bololo Records é comandada por MC Ryan, artista que mantém músicas entre as mais ouvidas do país desde o início do ano.

A presença feminina no rap e no funk também ampliou discussões sobre representação e narrativa dentro desses gêneros musicais. As artistas passaram a incorporar temas ligados à autoestima, liberdade, independência financeira e críticas à misoginia, trazendo perspectivas diferentes das tradicionalmente dominantes nesses espaços.

“As meninas podem ouvir as músicas que quiserem, mas também precisam saber que existem outras mulheres na cena, que talvez representem mais a realidade delas e que muitas vezes acabam sendo silenciadas”, afirma DJ Lorrany. “Hoje temos bastante mulher na cena trazendo a nossa visão, falando de sentimentos e experiências que muitas vezes a gente nem conseguia descrever”, conclui.



© Wojciech Kielar

Capa da música  
Rave de Favela

# A nostalgia como moeda de troca para a produção cinematográfica

Do sucesso de continuações à força dos revivals, especialistas explicam por que o passado se tornou um dos produtos mais valiosos do entretenimento

Por Carolina Nader, Emily de Matos e Malu Malaquias

Dois décadas após o lançamento do primeiro filme, a estreia de *O Diabo Veste Prada 2* reacendeu o entusiasmo dos fãs e impulsionou debates sobre a tendência do universo cinematográfico de visitar produções já conhecidas pelo público. O fenômeno, frequentemente associado à chamada “indústria da nostalgia”, vai além da memória afetiva: transforma sucessos do passado em oportunidades comerciais, capazes de conectar diferentes gerações e reduzir riscos financeiros em um mercado cada vez mais competitivo.

O retorno de franquias e narrativas marcantes tornou-se frequente nos grandes estúdios. A estratégia busca criar experiências compartilhadas que aumentem a proximidade entre os consumidores e determinadas obras. No estudo do Consumidor do Futuro 2026, publicado pela Worth Global Style Network - WGSN, foram identificados os sentimentos que guiam decisões de consumo das pessoas em tempos de crise. Segundo a pesquisa, as situações acarretam busca por conforto e, conseqüentemente, por nostalgia.



Poster oficial de *O Diabo Veste Prada 2*

A pergunta sobre quando exatamente esse movimento virou indústria não tem uma resposta clara. O cineasta Kelvin Andrade lembra que sequências de filmes bem-sucedidos existem há décadas, mas defende que a era digital mudou a escala do fenômeno. “O acesso às obras ficou muito mais fácil e constante”, explica. “Hoje um filme antigo viraliza no TikTok, volta para o streaming, ganha meme, ganha edit; então os estúdios percebem que aquilo ainda movimenta público e dinheiro.”

O resultado aparece nas telas em forma de *remakes*, *reboots* e continuações que, muitas vezes, revisitam histórias com encerramentos já satisfatórios. Kelvin cita *Toy Story* como exemplo: fã declarado da franquia, ele defende que o terceiro filme encerra aquela história perfeitamente. Mesmo assim, um quinto longa já está confirmado para 2026. “Parece que existe uma necessidade de partir de uma base de fãs já consolidada para continuar produzindo coisas medianas, mas que ainda conseguem vender muito”, afirma.

Ainda assim, ele rejeita a leitura de que tudo se resume ao oportunismo comercial. “Eu enxergo muito mais como algo profundo culturalmente, sem deixar de ser também uma inteligência de mercado”, pondera.

A pandemia intensificou esse movimento: durante o isolamento, muitas pessoas revisitaram filmes antigos, e os estúdios perceberam que havia um público consumindo esse conteúdo anos depois da estreia. A partir daí vieram continuações como *Meninas Malvadas* e *Matilda*, além de musicais e revivals, que apostaram na memória afetiva da audiência como estratégia comercial.

Para Andrade, a distinção essencial está entre fazer cinema sobre nostalgia e para nostalgia. “Cinema sobre nostalgia é quando ela vira linguagem, tema ou sentimento dentro da obra”, explica. “Já o cinema para nostalgia é quando ele vira uma estratégia de reconhecimento imediato, quase como uma marca já pronta para o público consumir.”

Ele aponta *Cobra Kai* como exemplo do primeiro caso, uma produção que retorna ao universo de *Karatê Kid* sem abrir mão de construir algo novo. Do lado oposto, franquias como *Star Wars* e *Pânico* exemplificam produções fortemente apoiadas no *fan service*, em que o público já entra conectado emocionalmente antes mesmo do lançamento construir algo novo.

Em contrapartida, a nostalgia deixa de ser apenas uma estratégia de mercado e passa a se consolidar como um fenômeno enraizado no comportamento humano. Mais do que visitar histórias conhecidas, o retorno a narrativas antigas revela um movimento coletivo em busca por pertencimento, segurança e identidade em um presente marcado por mudanças aceleradas. Nesse sentido, o consumo de obras já consagradas pode funcionar como uma espécie de abrigo emocional, algo que, segundo a psicologia, tem explicações claras.

Em entrevista ao **Contraponto**, a psicóloga Daiane de Amorim destaca que o vínculo com o passado não depende da vivência direta: “Embora os jovens não



Cena de *Meninas Malvadas* (2024)

tenham vivido a época retratada, houve em algum momento esta conexão, desde a gestação até a idade atual. Muitas vezes o estilo já havia feito parte do repertório musical dos genitores e familiares.”

Ela acrescenta que também existe um componente imaginativo, no qual o jovem pode se identificar com a época, se imergir nos costumes e nos filmes, e possivelmente desejar ter vivido naquele período ou se imaginar nele. Esse apego tende a se intensificar em contextos de instabilidade, já que envolve processos cerebrais ligados às emoções e à memória. Nessas situações, lembranças musicais e associações ao conforto e ao prazer são ativadas, fazendo com que permanecer nesse estado transmita sensações de segurança, tranquilidade e crie uma ideia de estabilidade idealizada.

O consumo desses conteúdos, nesse cenário, influencia tanto o bem-estar quanto a construção da identidade, já que, segundo Amorim, eles servem para ensinar, inspirar, divertir e estimular a criatividade, mas não devem ser usados como uma forma de viver em um período que não corresponde à realidade do indivíduo. As redes sociais ampliam esse fenômeno, pois “proporcionam essa visita constante ao passado e, de acordo com a exposição, o cérebro se acomoda e a tendência é tornar só o que diz respeito a esta era confortável, confiável e admirável, dificultando a busca e análise de outros períodos, como o presente, por exemplo.”

Assim, a nostalgia pode ter efeitos positivos, desde que permaneça equilibrada. A psicóloga afirma que é necessário haver moderação no consumo, pois excessos não fazem bem, e defende que não há problema em visitar o passado, desde que isso seja feito com consciência, mantendo os pés no presente e o olhar voltado para o futuro. Assim, o sucesso de *remakes*, *reboots* e continuações revela não apenas uma estratégia comercial, mas também uma necessidade humana de encontrar conforto e continuidade em tempos de incerteza.

# Michael estreia no Brasil com plateias lotadas e críticas negativas

Enquanto o público celebra o legado do rei do pop, especialistas apontam falhas no roteiro e superficialidade narrativa

Por Mariana Araújo, Mariana Luccisano e Sophia Aquino

No dia 23 de abril, a cinebiografia do ídolo pop Michael Jackson estreou nos cinemas brasileiros. *Michael* (2026), dirigido pelo cineasta estadunidense Antoine Fuqua, retrata a trajetória do cantor desde 1965, quando iniciou sua carreira no grupo musical Jackson 5 ao lado dos irmãos, até o show histórico no Wembley Stadium, em 1988.

O longa foi aguardado ansiosamente pelos fãs e por grande parte da indústria cinematográfica. No entanto, percebeu-se uma discrepância na avaliação do público e da crítica com 97% e 39% respectivamente, segundo o site Rotten Tomatoes. A diferença entre as avaliações em *Michael* chama atenção pela forma como o cinema é consumido hoje dado o cenário marcado pelas redes sociais e pela influência das comunidades de fãs.

## Definição de sucesso em filmes

É inegável que Michael foi um sucesso de bilheteria. O filme ultrapassou a marca de 700 milhões de dólares arrecadados no mês de maio. Porém, somente os números não definem o sucesso de uma obra. Em entrevista ao **Contraponto**, a crítica de cinema do Exame, Luiza Vilela, afirmou que, apesar das opiniões divididas, a cinebiografia alcançou grande repercussão e que há diversos casos na história do cinema em que a crítica não determinou o sucesso de um filme.

“Eu acho que o sucesso e o fracasso de uma obra, seja ela no cinema ou no streaming, não têm relação apenas com a crítica. Ela pode ser uma parte da análise desse sucesso ou fracasso, dependendo do viés que você procura. É tudo muito subjetivo”, destaca.

O crítico de cinema do UOL, Roberto Sadovski, avalia que *Michael* teve uma recepção positiva por parte do público. Para ele, a reação dos espectadores dentro das salas de cinema já demonstra seu impacto positivo: “as salas lotadas, com todo mundo cantando, já é um sucesso”.

Sadovski ressalta, no entanto, que a crítica especializada parte de um olhar analítico diferente do público geral. “Eu tenho questões com o filme também, porque isso faz parte do meu trabalho. Quando escrevo um texto, tenho muito claro para quem estou escrevendo e procuro expressar o que senti ao assistir ao filme, para compartilhar isso com quem quiser abraçar essa ideia”, explica em entrevista ao **Contraponto**.

## O olhar da crítica e do público em Micheal

Enquanto a crítica especializada costuma se concentrar em aspectos técnicos e narrativos, grande parte do público busca no cinema uma experiência emocional e de entretenimento. No caso de *Michael*, a memória afetiva ligada às músicas do artista teve um papel importante na recepção positiva do filme.

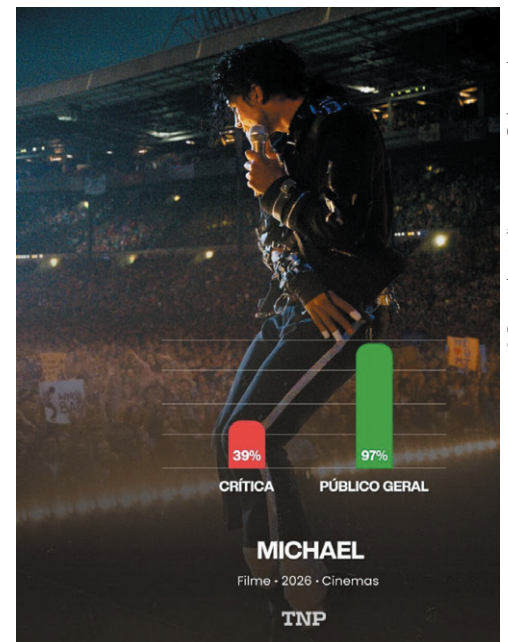
A estudante de enfermagem Gabriela Campos, de 20 anos, relaciona a obra às lembranças da infância. Segundo ela, as músicas do Jackson 5 faziam parte da convivência com o pai, o que aumentou a expectativa para assistir ao longa. Apesar disso, Campos considera que o filme não se aprofunda na trajetória do artista. Para a estudante, a narrativa é “picotada” e deixa de abordar polêmicas importantes da vida de Michael Jackson.

Do ponto de vista crítico, Luiza Vilela também aponta problemas na construção do roteiro. Embora elogie as cenas musicais e a sensação de imersão proporcionada ao espectador, ela considera que a obra apresenta uma visão superficial sobre o artista. “As cenas musicais são maravilhosas”, afirma. “Mas o roteiro não diz nada sobre quem foi Michael Jackson.”

Segundo a crítica, o forte apelo emocional e visual de Michael ajuda a explicar o sucesso entre os espectadores. “Às vezes, um bom showbiz cria mais impacto do que um roteiro bem formulado”, destaca. Ainda assim, ela avalia que a cinebiografia deixa de aprofundar aspectos importantes da trajetória artística do cantor, especialmente o processo criativo por trás de suas músicas e videoclipes.

Mesmo diante das avaliações negativas da crítica especializada, *Michael* conseguiu despertar a curiosidade do público. O estudante de radiologia Guilherme Vieira, de 23 anos, conta que inicialmente pensou em não assistir ao longa após ler críticas desfavoráveis. No entanto, os comentários positivos de outras pessoas o fizeram mudar de ideia. “Achei bem divertido”, relata.

A diferença entre a recepção da crítica e a do público evidencia como a percepção de um filme pode variar de acordo com as expectativas de quem assiste. Enquanto especialistas costumam priorizar aspectos técnicos e narrativos, muitos espectadores valorizam principalmente a experiência emocional proporcionada pela obra. No caso de *Michael*, as cenas musicais, a nostalgia em torno da trajetória do cantor e a atuação de Jaafar Jackson, sobrinho de Michael Jackson, aparecem como alguns dos principais fatores que contribuíram para a recepção positiva do filme entre os fãs.



Capa do filme com as aprovações da crítica e do público

## Redes sociais e o consumo de filmes

As redes sociais também influenciam a forma como o público reage e consome filmes. Nessas plataformas, os usuários estão suscetíveis ao chamado “efeito manada”, onde opiniões são reproduzidas de acordo com um grupo, sem um aprofundamento crítico. Como consequência, determinadas avaliações ajudam a reforçar o sentimento de pertencimento a grandes massas que compartilham das mesmas opiniões.

Vilela acredita que parte do público procura avaliações justamente para compreender sensações que não conseguiu traduzir após assistir a um filme. “A pessoa pensa: ‘essa cena foi impactante, mas faltou alguma coisa’, e não sabe como colocar isso em palavras”, explica. Segundo ela, quando não há interesse em consumir análises aprofundadas, muitos espectadores acabam recorrendo a opiniões rápidas e menos analíticas.

Para Sadovski, filmes ligados a artistas com grandes bases de fãs costumam intensificar essa divisão. *Michael* é “um filme feito sobre um personagem que tem uma base de fãs gigantesca”. Ele afirma ainda que muitos admiradores tendem a defender o longa independentemente de suas qualidades técnicas, enquanto a crítica procura analisar a obra além da figura do artista retratado.

Além disso, o crescimento da influência digital também transformou a forma como o público consome opiniões sobre cinema. Segundo o crítico do UOL, muitos influenciadores conquistam espaço nas redes mesmo sem formação ou aprofundamento em cinema.

Vilela também aponta que as redes podem intensificar a polarização em torno das opiniões sobre um filme. “Você pode discordar da crítica, mas precisa embasar seu argumento”, afirma. A jornalista destaca que o cinema provoca diferentes interpretações justamente por ser uma experiência subjetiva, o que torna natural as visões distintas do público e da crítica sobre uma mesma obra.

# “Dois de Nós”: expõe crises e dilemas do casamento moderno

Peça do TUCA discute traumas, perdas e conflitos da vida conjugal contemporânea

Por Juliana Hochman e Millene Guerra

A peça “Dois de Nós”, escrita por Gustavo Pinheiro e dirigida por José Possi Neto, aborda, com drama e humor, os dilemas da vida conjugal. O espetáculo, que esteve em cartaz no TUCA, acompanha dois casais em diferentes fases da vida: as versões maduras e jovens de si mesmos discutem os desafios do casamento na contemporaneidade. O elenco conta com Christiane Torloni, Antônio Fagundes, Alexandra Martins e Thiago Fragoso.

A trama começa com Maria Helena (Torloni) e Pedro Paulo (Fagundes) em um quarto de hotel, onde passam a revisar o passado. O estopim é uma lembrança da juventude, recordada de formas diferentes por cada um, o que materializa suas versões mais jovens: Leninha (Martins) e Pepe (Fragoso). A partir disso, o palco expõe medos, segredos e desavenças do casal, costurando temas como aborto, luto, traição e saúde mental.

## A receita para o casamento “perfeito”

O conceito de casamento vai além da definição do dicionário. A união marca um novo propósito para o casal e carrega raízes históricas e religiosas. Na tradição cristã-judaica, o casamento representa a continuidade da criação; na Idade Média, era utilizado como ferramenta para alianças políticas e econômicas.

Em termos sociais, o artigo “Teoria das representações sociais e teorias de gênero”, de Angela Arruda, aponta que as diferenças de gênero são construções relacionais que envolvem disputas de poder e subjetividades, gerando estereótipos como a sensibilidade associada ao feminino e a força ao masculino.

Esses papéis moldam também a percepção sobre a infidelidade, definida como o envolvimento emocional ou sexual que viola o compromisso de exclusividade. Na peça, Pepe trai Leninha e utiliza a premissa de que é “melhor acusar antes de ser acusado”, naturalizando a infidelidade masculina. De produções dos anos 2000, como *Sex and the City*, até discussões atuais nas redes sociais, persiste o mito de que a traição faz parte da “natureza” masculina.

O julgamento social, porém, costuma ser desigual. Quando Leninha revela ter beijado um amigo de Pepe após a separação, é hostilizada pelo ex-marido. No cenário contemporâneo, a dinâmica se repete: enquanto jogadores de futebol continuam sendo exaltados mesmo após traírem suas companheiras grávidas, mulheres passam anos tentando reconstruir a própria imagem pública após episódios



Conversa aberta com elenco e convidados ao fim do espetáculo

semelhantes. A culpa pelo desgaste do relacionamento frequentemente recai sobre a figura feminina.

“A traição é como um vaso que quebra. Apesar de juntar e colar todos os cacos, ele não volta a ser como era antes”, afirma Paula Birman, psicóloga formada pela PUC-SP, com especialização em Mediação de Conflitos e Terapia Relacional Sistêmica.

Segundo ela, a infidelidade rompe um dos pilares mais importantes de uma relação: a confiança. Para restaurá-la, caso seja desejo de ambas as partes, deve haver uma conversa aberta e sincera sobre os valores individuais e os novos limites da relação após o ocorrido.

Historicamente, o casamento e a maternidade foram tratados como grandes realizações femininas. Desde a antiguidade, mulheres que não se casavam por escolha ou falta de oportunidade, eram vistas de forma negativa e transformadas em símbolos do que uma mulher “não deveria ser”.

Essa construção social consolidou a ideia de que a realização feminina depende de uma família tradicional, composta por filhos, um marido provedor e uma rotina voltada ao cuidado doméstico, enquanto os estudos e a independência financeira ficam em segundo plano.

A gravidez não planejada tornou Leninha financeiramente dependente. Maria Helena, sua versão mais velha, afirma que a gestação frequentemente beneficia os homens enquanto atrasa a vida das mulheres. Apesar da visão simplista sobre a maternidade, mulheres grávidas ainda enfrentam dificuldades profissionais e sociais, como interrupções na carreira e discriminação no mercado de trabalho, principalmente entre jovens e casadas.

Esse cenário reforça a dependência econômica e contribui para o surgimento de movimentos feministas radicais, como o 4B, criado na Coreia do Sul, que defende não namorar, casar, fazer sexo ou ter filhos com homens.

A perda de um filho é um tabu que silencia tanto os palcos quanto a vida real. Na peça, o casal enfrenta o trauma de um aborto espontâneo e, anos depois, o afogamento do filho caçula. Para a

personagem, ambos os episódios desencadearam traumas psicológicos, como depressão, ansiedade, aversão à filha e comportamento excessivamente protetor com o filho sobrevivente.

De acordo com o Dr. Luiz Clemente de S. Pereira Rolim, os fenômenos psíquicos recorrentes após um aborto incluem choro desmotivado, oscilações de humor, depressão, sentimento de culpa e remorso, fatores que podem comprometer as relações interpessoais ao longo da vida.

Para Pepe, a dor das perdas é elaborada de maneira diferente. Em conversa consigo mesmo, o personagem e sua versão mais velha discutem a dificuldade masculina em demonstrar fragilidade emocional. Ele lembra que foi ensinado desde cedo a ser forte e a não chorar.

A peça mostra que o papel masculino dentro da sociedade precisa ser ressignificado e que o silenciamento emocional já não pode mais ser tratado como regra. O psicanalista e professor da Universidade de São Paulo (USP), Christian Dunker, destaca que o hiperindividualismo faz com que muitos homens se sintam obrigados a resolver sozinhos os próprios problemas, tornando-os mais vulneráveis a sintomas relacionados à saúde mental. Ainda assim, muitos evitam buscar ajuda especializada por medo de demonstrar fragilidade.

No palco, Pedro Paulo confronta seu “eu” jovem sobre a urgência de cuidar de si mesmo.

“Dois de Nós” entrega aquilo que muitos manuais de relacionamento ignoram: a dor da traição, o peso das escolhas e a busca tardia pela própria identidade. Christiane Torloni define com precisão o impacto da obra ao afirmar que “em algum momento, a peça vai te arranhar”.

O incômodo provocado pela narrativa surge justamente quando uma cena, uma fala ou um silêncio conseguem dar nome a sentimentos que muitas vezes permanecem escondidos. Para a atriz, o teatro funciona como uma viagem coletiva: o público embarca sem saber exatamente onde chegará, unido pela experiência de reconhecer, no palco, as fragilidades da própria condição humana.

© Henrique Veloso

# Ligue os pontos: Angine de Poitrine desafia a lógica da música moderna

Projeto multisensorial propõe reflexão sobre o mundo em que vivemos

Por Elisa Almeida e João Calegari

**K**EXP Presents *Angine de Poitrine*, apresentação de música experimental, tem 15 milhões de visualizações no YouTube. O vídeo é da dupla *Angine de Poitrine*, expressão em francês para dor por arritmia cardíaca. O projeto é anônimo, mas os músicos alegam ser extraterrestres. A cenografia é improvisada. Papel machê, lençóis e embalagens plásticas são elementos identitários da banda. *Polka dots* estampam figurinos, pele e instrumentos.

Em entrevista ao *Tout le monde en parle*, o músico Khn de Poitrine, com ajuda do tradutor da banda, visto que os musicistas desconhecem línguas terrestres, contesta: “Fantasias? Nós nascemos assim, exatamente como nos vê. Em nosso mundo, toda superfície é adornada por manchas pretas ou brancas”.

## Audição: ouvidos traiçoeiros

Khn de Poitrine é guitarrista e baixista da banda e harmoniza, simultaneamente, múltiplas camadas melódicas por meio de pedais de repetição. Isso é possível porque o músico alienígena conta com um instrumento personalizado, metade guitarra elétrica e metade contrabaixo. Khn é adepto do microtonalismo.

Compor por outra estrutura tonal é como mudar o idioma em que a música é feita. “Notas e frequências sonoras são uma convenção matemática para que ela soe do jeito que a gente conhece há séculos”, aponta o técnico de som Alexandre Rabaço ao **Contraponto**.

O microtonalismo opera a partir de notas situadas entre os intervalos convencionais das escalas tonais, recurso capaz de provocar estranhamento em um primeiro contato do ouvinte com a composição. A linguagem, no entanto, não é inédita nem isolada: tradições musicais como a árabe e a indiana convivem historicamente com estruturas microtonais em suas construções sonoras. “É ouvindo essas músicas que nós entendemos o funcionamento de outras sonoridades”, esclarece Rabaço.

Vítor Cheloni, guitarrista dedicado à harmonia musical, compreende que a banda pode tornar o microtonalismo mais acessível. Contudo, alerta: “Não vejo um rompimento das estruturas harmônicas tradicionais no som deles”.

Ou seja, o trabalho da banda propõe um resultado provocativo, mas ainda assim pode agradar um ouvinte acostumado com a música ocidental. Rabaço também destaca que, quando expostos ao contexto

técnico, nossos ouvidos são traiçoeiros. “Então, uma coisa que a gente ouve hoje e acha muito legal, podemos ouvir amanhã e ter outra impressão”, completa o especialista.

## Visão: ocularcentrismo

O baterista da banda é Klek de Poitrine. Sua bateria é comum, mas coberta por um lençol preto. De acordo com o *Manifesto da Orquestra de rock pitagórico-cubista*, disponível no site da banda, “Klek de Poitrine é quem guia o ouvinte na jornada musical. Ele coloca em movimento ritmos assimétricos ou opta pelo uso estoico do silêncio”.

Assim como Khn, trata-se de um alienígena de 333 anos. Sua máscara preta cobre o rosto, mas os olhos do artista permanecem expostos ao espectador. A junção do som não convencional com o visual chamativo os torna, aos olhos do público, algo a ser desvendado.

Milton Zan pesquisa comunicação por meio dos olhos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e explica essa inquietação: “Estamos acostumados a ver artistas com muitas respostas no *mainstream*: no *Angine*, não há exposição do corpo, não há letras, e você precisa lidar com isso”.

Klek, ao tampar tudo o que o qualifica como humano, mas deixar os olhos transparecerem, transmite a ideia de que nada mais importa: “apenas seus olhos e sua música comunicam”, interpreta Zan. Afinal, as escolhas ousadas da dupla são uma forma de criar vínculo com o público intrigado pelo visual.

Zan também indica que deixar os olhos à mostra pode representar algo sobre nossos comportamentos. Nossa sociedade é ocularcentrista. “Os meios de comunicação se comportam guiados pela visão; ela é o nosso norte”, afirma o pesquisador.

“Mas, além da figura do olho, é preciso prestar atenção em qual objeto está sendo olhado”, relembra o especialista. Durante os shows, Klek direciona seu olhar para Khn, assim como Khn parece devolver o olhar.

## Interocepção: outros sentidos da banda

Interocepção é o oitavo sentido humano, responsável por monitorar e interpretar os sinais internos do corpo. Quando se sente um aperto no peito, é a interocepção que permite percebê-lo. *Angine de Poitrine* – dor por arritmia cardíaca – significa justamente uma dessas dores que vêm de dentro.

Quando Klek olha para Khn, observa um semelhante. Presta atenção aos comportamentos que os tornam similares. Ao *Tout le monde en parle*, Klek lembra como era viver em seu mundo natal: “Lá, todos são conhecidos mundialmente. As tarefas diárias duram 33 horas, paramos várias vezes por minuto. Damos autógrafos ou pedimos uma *selfie* a um dos nossos muitos ídolos. Todo mundo é fã de todo mundo”.

Nada do que a banda constrói é inédito. Microtonalismo, máscaras, arte com identidade alienígena ou comunicação apenas pelo som e pelos olhos: tudo isso já foi explorado em outras culturas. Ainda assim, o resultado dessa junção é autêntico.

*Angine de Poitrine* utiliza elementos já consolidados na música para produzir uma nova arte. A orquestra convida o público a ligar os próprios *polka dots* e embarcar em uma aventura de reconhecimento daquilo que entendemos como sucesso.

Uma arte que rompe com os padrões da música ocidental também é uma arte que as inteligências artificiais não podem reproduzir. “A IA nada mais é do que um reflexo da forma como vimos o mundo até agora”, explica Zan. Em seguida, reitera que, quando o *Angine* propõe a fuga da humanidade como traço estético, busca preservá-la.

Conclui Milton Zan: “No momento em que aqueles dois homens vestem suas fantasias, pisam no palco ou estão diante de uma câmera, não são mais seres humanos. Assumem uma entidade artística em nome de uma nova forma de fazer arte”.

© Camille Gladu-Drouin/Angine de Poitrine



Apresentação de Klek (à esquerda) e Khn de Poitrine no Club Soda em Montreal, cidade da província de Quebec, no Canadá

# Desinteresse pela Copa aumenta entre os brasileiros

**Jornalista do UOL afirma que conexão do público com o esporte aumentou em relação aos clubes, mas diminuiu pela seleção brasileira**

Por Guilbert Inácio, João Bueno Barbosa e Lucas Peccin

A Copa do Mundo, por décadas símbolo de união entre os brasileiros, já não mobiliza o país como antes. O hábito de decorar ruas, reunir amigos e parar diante da televisão para acompanhar os jogos da Seleção perdeu força nos últimos anos. Pesquisa Datafolha divulgada em abril de 2026 mostra que 54% dos brasileiros não têm interesse em acompanhar o Mundial, o maior índice de desinteresse desde o início da série histórica, em 1994.

O que era festa e alegria para a população se tornou mais complexo e menos atrativo. Ao analisar os dados, é possível identificar um aumento expressivo no desinteresse a partir de 2006, quando foi registrado 10% da população não empolgada com o torneio, até então o maior número da série. Na ocasião, a equipe do “Quadrado mágico”, que levantava altas expectativas, foi eliminada pela França nas quartas de final.

Desde lá, a Seleção Canarinho acumulou eliminações, algumas delas vexatórias, como o 7 a 1 para a Alemanha em solo brasileiro. Em 36 anos de pesquisa, o interesse caiu de forma significativa: foi de 56%, em 1994, para 17%, em 2026.

Segundo o levantamento, embora ainda baixa, a maior expectativa é dos mais jovens, entre os 16 e 34 anos. Esse público não tinha nascido ou tinha menos de 11 anos de idade em 2002, quando o Brasil foi pentacampeão em cima da Alemanha. Os dados revelam um desejo dos mais novos em viver algo inédito e um saudosismo dos mais velhos, que viram grandes seleções com grandes ídolos que desempenhavam um bom futebol.

## Afastamento da Seleção

Em entrevista ao **Contraponto**, Arnaldo Ribeiro, jornalista no UOL Esportes e comentarista na TV Cultura, disse que a mídia esportiva vem desconstruindo a ideia de que o Brasil é o país do futebol: “na mídia, o argentino gosta mais de futebol que o brasileiro, o inglês também. O brasileiro gosta de ganhar”, destaca.

A Seleção não tem um bom desempenho em grandes torneios recentes. A última conquista relevante foi a Copa América de 2019, como anfitriã. De lá para cá, ela perdeu a final da Copa América 2021 em casa para a Argentina e foi eliminada da Copa do Mundo de 2022 pela Croácia nos pênaltis e da Copa América de 2024 para o Uruguai, também nos pênaltis.

Com a situação atual da Seleção, o jornalista explica que, nesse período, a co-

nexão do público com o esporte aumentou em relação aos clubes, mas diminuiu pela Amarelinha. Ribeiro afirma que durante o acontecimento do torneio haverá outra prioridade para os clubes e torcedores além de acompanhar a Copa. “Tem muita gente pensando na parada da Copa para reestruturar o seu time para a segunda parte da temporada. A Seleção concorre com muito mais coisas no coração do torcedor”, destacou.

Vale ressaltar que durante o período da competição a FIFA paralisou partidas entre equipes, tanto em torneios nacionais quanto internacionais, com o intuito de voltar as atenções do mundo do futebol para o Mundial de Seleções.

Além disso, Ribeiro ressalta que a falta de ídolos nacionais conhecidos diminuiu a atratividade, já que em seleções anteriores havia duas, três e até quatro referências conhecidas pelo público, o que aumentava o desejo de ver a Canarinho jogar.



Arnaldo Ribeiro

Eduardo de Mendonça, de 58 anos, dentista e apaixonado por futebol, revelou em entrevista ao **Contraponto** que já teve paixão pela Seleção, mas hoje não sente prazer em acompanhar.

“Já fui torcedor fanático na minha infância e adolescência. Fazia balão, bandeirinhas... Minha paixão pela Seleção diminuiu porque não conheço muitos jogadores e perdi a identificação. Pelo que assisti nos últimos anos, não há chance alguma de vencer”, comentou.

Por outro lado, a advogada Fernanda Ferreira, que não acompanha o mundo do futebol com frequência, está otimista para a Copa mesmo sem ter conhecimento sobre os jogadores, e diz ter certeza que quando começarem os jogos do Brasil vai se envolver e confiar no bom desempenho

da Amarelinha. “Vou juntar os amigos em casa para assistir e torcer. Estou confiante”, disse Fernanda.

## O ponto de vista dos jogadores

Em entrevista ao **Contraponto**, o lateral esquerdo Alex Telles, do Botafogo do Rio de Janeiro, com passagens pela seleção brasileira incluindo a participação na Copa do Mundo de 2022, comentou sobre como a torcida encara a atual situação do Brasil no futebol.

“É normal o torcedor ficar um pouco triste e um pouco distante”, disse o jogador sobre o retrospecto ruim dos últimos anos. Telles afirma que representar o Brasil por si só já é uma pressão imensa, por ser uma das maiores seleções da história do futebol, mas que o papel do torcedor é essencial.

O jogador comentou que nos últimos anos a torcida se demonstrou impaciente e que a sede de títulos fez o brasileiro não perceber que o futebol é um processo, e que, para obter sucesso, é necessário respeitar esse percurso.

Embora tenha dito que a rejeição é perceptível, Telles destacou que a entrega da torcida nos estádios sempre foi positiva e que isso é absorvido no vestiário. “Sempre que representei a seleção Brasileira eu senti esse apoio, dentro do vestiário a gente sempre sentiu o carinho do torcedor”, ressalta.

O clubismo é a tendência de demonstrar parcialidade e devoção cega a um clube, o que está presente no Brasil há décadas, mas que aparece ainda mais na era das redes sociais. Isso pode também afetar a situação da seleção, pois muitos jogadores sofrem rejeição da torcida por representarem um clube que não os agrada.

A Seleção segue rumo à América do Norte com vinte e quatro anos sem conquistar o Mundial, a competição mais importante do esporte.



Alex Telles em partida pela Seleção Brasileira na Copa do Mundo 2022

# “A bruxa está à solta”: número de jogadores lesionados pré-copa desfalca seleções

Fatores como alto número de jogos e falta de descanso são possíveis causas

Por Nicolás Beneton, Pedro Premero e Vitória Teles

A Copa do Mundo de 2026 já começou e apesar da longa preparação das seleções, há um problema em comum entre elas: vários jogadores com lesões sérias. Equipes como Brasil, Espanha e França são alguns dos times mais afetados por essas surpresas negativas, o que coincide com as expectativas de título que essas seleções também têm.

O tempo de recuperação fica cada vez mais curto em um cenário cujas convocações ocorrem a um mês e vinte dias do início do campeonato. No caso do Brasil, Carlo Ancelotti anunciou os 26 nomes no dia 18/05 em um evento no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro.

Rodrygo, atacante do Real Madrid, era um dos nomes mais cobiçados para a convocação e sofreu uma grave lesão ligamentar. Com um tempo de recuperação de oito meses, o jogador ficará fora do mundial. Éder Militão é outro desfalque para a Copa do Mundo. Por conta da gravidade da lesão na coxa esquerda, o zagueiro do Real Madrid passou por uma delicada cirurgia para corrigir o problema. A expectativa de retorno aos gramados é apenas em outubro.

Estevão e Raphinha são outros exemplos de jogadores que sofreram com lesões, e que tentaram se recuperar antes do início da competição. O jogador do Barcelona retornou aos gramados no dia 2 de maio, contra o Osasuna, pelo campeonato espanhol, e teve seu nome anunciado durante a convocação. Já o atleta do Chelsea, que teve uma ruptura quase total no músculo posterior da perna direita, escolheu um tratamento conservador para ter chance de ser chamado por Carlos Ancelotti, porém, o esportista nem chegou a ser selecionado para a pré-lista da Copa do Mundo.

Ricardo Jonas, preparador físico das categorias sub 14, sub 15 e sub 16 do Flamengo Guarulhos Competition, explica ao **Contraponto** que, no caso de torneios curtos, o foco é otimizar os processos para recuperar o atleta: controle de carga, fisioterapia diária, alimentação e outros fatores são essenciais para a saúde. A tecnologia também acaba sendo um trunfo importante para monitorar a evolução do atleta. Entretanto, há um limite biológico de cada um, então, é necessário um tempo de cicatrização específico para cada corpo. O tempo é essencial e precisa ser respeitado para não atropelar os procedimentos e acabar agravando a lesão.



© Glyn Kirk/AFP

Atacante do Chelsea saiu no primeiro tempo em partida contra o Manchester United

Ainda assim, a seleção brasileira não é a única que vem sofrendo com problemas físicos. Lamine Yamal, que atua no Barcelona e na seleção espanhola, sofreu uma lesão na parte superior da coxa direita após a cobrança de um pênalti.

Em torno de 22 jogadores estão fora da Copa do Mundo. Em comparação com as duas edições anteriores, em 2018, pelo menos 18 atletas não jogaram por lesão, entre eles estavam nomes como o goleiro Sérgio Romero, da Argentina, e o lateral brasileiro Alex Sandro. Já em 2022, segundo levantamento do GE, ao menos 23 futebolistas perderam o campeonato.

Se antes da Copa do Mundo a situação é preocupante, durante a competição o cenário pode piorar. Segundo dados da Opta, em 2018 e 2022, 47 e 49 jogadores foram substituídos por conta de lesão, equivalente a 12,8% e 8% das substituições,



© Catherine Steenkeste/Reuters

A lesão de Lamine ocorreu de forma curiosa: batendo um pênalti

respectivamente. Porém, a pior edição foi a de 2014 com 13% de alterações por problemas físicos.

O debate começa a surgir entre a imprensa e os envolvidos no meio do futebol, que

perguntam quais seriam as possíveis razões para esse número elevado de lesões atualmente. Uma causa aparente é o calendário extremamente apertado e com pouco tempo de descanso.

Em 2025, ocorreu a primeira Copa do Mundo de Clubes, movimentando times de todos os continentes. O campeonato alterou completamente os planos dos clubes, principalmente os europeus, que estão acostumados com uma pré-temporada longa, de junho a agosto. Isso tornou o calendário mais conturbado, o que deixou os tempos de descanso ainda mais curtos em um esporte de alta intensidade.

No Brasil, a CBF tem como costume encerrar o calendário do futebol no início de dezembro, porém, não foi o caso de 2025. Com tantas datas ocupadas, a solução encontrada foi estender a Copa do Brasil até o dia 21/12, dando apenas 20 dias de férias para os clubes, que já tinham a disputa dos estaduais na segunda semana de janeiro.

“O futebol atual exige muito mais fisicamente do que há alguns anos. Os atletas correm mais, aceleram mais e têm menos tempo de recuperação entre jogos. O calendário apertado, o desgaste acumulado e a intensidade das partidas aumentam o risco de lesões musculares, ligamentares e articulares. Além disso, a pressão para voltar rápido também pode influenciar negativamente no processo de recuperação”, explica Jonas.

Além disso, cada vez mais os dirigentes se preocupam menos com a qualidade do esporte e a saúde dos jogadores e mais com o lucro e as obrigações comerciais. Essa conversa pode iniciar de forma mais expressiva no futebol, mas em esportes como no basquete, ela já está instaurada.

# Clássico Juvenal: rivalidade de bairro mantém vivo o futebol raiz

Longe dos grandes holofotes, a rivalidade entre Juventus e Nacional preserva histórias, afetos e a cultura do futebol paulistano

Por Bruno Caliman, Caio Moreira e Martim Tarifa

Em meio ao futebol cada vez mais globalizado e dominado por cifras milionárias, ainda há espaço para histórias que nascem dentro dos bairros paulistas. O clássico conhecido como Juvenal, entre os times Clube Atlético Juventus e o Nacional Atlético Clube, é um desses exemplos. Longe dos grandes palcos a rivalidade se sustenta na memória dos torcedores construída ao longo das décadas.

Em entrevista ao jornal **Contraponto**, Raony Pacheco, torcedor do Juventus e narrador da Cazé TV, diz ter se apegado ao clube quando mudou para o bairro da Mooca aos 10 anos de idade. Residir próximo ao Estádio da Rua Javari foi crucial para desenvolver o amor pelo time, aos 14 anos faltava na escola para acompanhar os jogos e aos 17 vivenciou pela primeira vez a emoção do Juvenal. Mas foi trabalhando na Web Rádio Mooca que o sentimento pelo duelo se aflorou.

dos quatro grandes clubes do estado, Palmeiras, São Paulo, Corinthians e Santos. “É diferente de assistir um clássico midiático. Já vi vitória fora de casa, já vi meu goleiro pegar um pênalti lá no estádio deles. Essa rivalidade ainda sobrevive perante a modernidade do futebol”, afirma o juvenino.

“Lendário”. Essa foi a palavra escolhida por Raony para definir o clássico entre Juventus e Nacional. “Para mim, se assemelha muito a Celtic e Rangers, da Escócia; Sevilla e Real Betis, da Espanha; Torino e Juventus, da Itália”, acrescenta o jornalista. Ele enaltece a identificação, resistência, as concentrações cheias de história e, ainda que maior, relaciona a distância dos estádios dos dois times paulistas com a de Independiente e Racing, da Argentina.

Apesar do recente acesso do Juventus à série A1 do Campeonato Paulista, a realidade dos clubes se manteve como a essência do clássico: parada no tempo. Segundo João Bueno, filho de um dos fundadores da torcida organizada do Nacional, “Alma Nacional”, a rivalidade do clássico Juvenal nem sempre existiu. Inicialmente o Juventus da Mooca tinha uma rixa com o Clube Atlético Ypiranga, que até os anos 60, ainda mantinha um time de futebol. “O Nacional sempre foi visto como um irmão mais pobre, um irmão menor”, explica o torcedor.

Em 1959, o time de futebol do Ypiranga encerrou suas atividades. Na época, Juventus e Nacional já não competiam com os grandes da capital e eram menosprezados pela torcida da Portuguesa, que não retribuía o sentimento de rivalidade pelos juveninos. Fomentar uma nova rixa, significou uma oportunidade de crescimento econômico para ambos os times. “Com o tom da rivalidade de bairro e da rivalidade de imigrantes, foi gerado um sentimento de pertencimento, que preencheu estádios e fez o clássico crescer”, completou João.

O Nacional tem sentido na pele o que significa ser um “time de bairro”. A gentrificação que ocorre em diversos bairros da cidade de São Paulo, também atingiu a Lapa e a Água Branca. Hoje, quem vive no entorno do Nacional Atlético Clube, pouco tem identificação com a equipe. Segundo João Bueno, uma das



Estádio Nicolau Alayon horas antes de receber Itaqué e Barcelona-SP pela segunda divisão do Paulista sub-23

grandes razões do declínio esportivo do clube é a mudança drástica que seu entorno sofreu desde a fundação em 1919. A essência do time fundado por operários imigrantes e a paixão da torcida, passada de geração em geração, se perderam ao longo dos anos.

O confronto mais recente entre Juventus e Nacional foi em janeiro de 2026, válido pela Copa São Paulo de Futebol Júnior. A última vez que o elenco profissional se enfrentou foi em 2019. Para manter a rivalidade viva, Raony defende que as novas gerações não se esqueçam da história de ambos os times. Entende que esse movimento não é só papel dos torcedores, os times devem investir em conteúdos para as redes sociais, como forma de atrair o público jovem.

Os campeonatos da Federação Paulista de Futebol (FPF) são transmitidos no canal do YouTube da entidade, que se tornou um facilitador do acesso aos jogos. “Há uns 6 ou 7 anos eu não tinha como ver o jogo do Juventus ou do Nacional, porque não tinha transmissão”, pontua Raony. Na final da Série A2 do Paulistão, além do canal da FPF, Xsports e Ulisses TV também transmitiram a partida, todos no YouTube. O narrador aponta a importância dessa tecnologia para o crescimento dos clubes.

Como um entusiasta do clássico, Raony assume “torcer” para que o Nacional se reerga: “imagina esse clássico na Série A1 do Paulista ou em uma Copa do Brasil”. O cenário porém está distante de acontecer, o clube da Mooca acabou de conquistar o título da Série A2 e seu acesso à elite. Por outro lado, o Nacional foi rebaixado para a quinta divisão do futebol paulista. O narrador lamenta essa situação, pois sem confronto a rivalidade não sobrevive.



Torcedores do Juventus presentes no Estádio Conde Rodolfo Crespi para o jogo de ida da final do Paulistão Série A2

“Acompanhar um clássico desse, em um estádio de construção própria sem ser arena deixa a questão nostálgica mais bela”, aponta Raony ao explicar o que torna este confronto especial e o difere do futebol moderno. Para o torcedor, o Estádio da Rua Javari também agrega na acessibilidade do ingresso, abre espaço para o comércio local e gera receita para o time com vendas de camisetas e artigos do clube.

Outro aspecto que acende a chama do futebol raiz é a disputa da partida com a presença das duas torcidas. Desde abril de 2016 a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo proibiu a torcida mista nos jogos

# Corridas da Fórmula 1 são canceladas em meio ao conflito no Oriente Médio

Além de grandes mudanças no regulamento, a temporada de 2026 passou a ser marcada pelo cancelamento do Grande Prêmio do Bahrein e da Arábia Saudita

Por Amanda Lemos, Maria Luiza Pêgo e Maria Paula Alves

Em 28 de fevereiro de 2026, teve início a escalada militar entre Estados Unidos, Israel e Irã. O conflito teve início em meio a um contexto marcado pela interrupção do programa nuclear iraniano e pelo fechamento do Estreito de Ormuz. O bloqueio das rotas globais de petróleo afetou diretamente o calendário oficial da Fórmula 1.

O embate entre tais países não é novidade, as hostilidades são resultado de décadas de tensões no Oriente Médio. Apesar da rivalidade atual, os três países já foram aliados até os anos 1970, quando o Irã era governado por um regime alinhado aos interesses ocidentais. A ruptura aconteceu em 1979, com a Revolução Islâmica, que instaurou um governo religioso no Irã e rompeu relações com os Estados Unidos e Israel, passando a tratá-los como inimigos diretos.

Desde então, os conflitos ocorreram principalmente de forma indireta, com apoio a grupos armados e disputas por influência na região. No começo dos anos 2000, o programa nuclear iraniano intensificou as tensões, sendo visto como uma ameaça pelos países adversários.

Nos últimos anos, o cenário se agravou até resultar em confrontos diretos nos primeiros meses de 2026 – época na qual ataques militares entre as nações marcaram uma nova fase do conflito. Assim, a batalha atual é consequência de uma longa história de rivalidades políticas, ideológicas e estratégicas que ainda impactam o cenário global.

Diante da escalada do conflito, os Grandes Prêmios (GPs) da Fórmula 1 que ocorreriam no Bahrein e na Arábia Saudita foram cancelados. A justificativa da

Federação Internacional do Automobilismo (FIA) incluiu preocupações com a segurança dos envolvidos. Essas alterações afetaram tanto o Campeonato de Pilotos quanto o Campeonato de Construtores – disputado entre as equipes – que já estavam passando por mudanças significativas devido ao novo regulamento que entrou em vigor este ano.

Em entrevista ao **Contraponto**, Maria Clara Castro, editora da *Race1*, pertencente ao grupo CAR Magazine, comenta que a temporada já estava marcada por polêmicas por conta das regras inéditas, mas os impactos da guerra fizeram com que o período se tornasse ainda mais instável.

A ausência de corridas no mês de abril alterou o planejamento das equipes, já que cada GP é pensado para acontecer em um momento específico do calendário, com condições próprias de clima, temperatura e pista, que influenciam diretamente o desempenho dos carros.

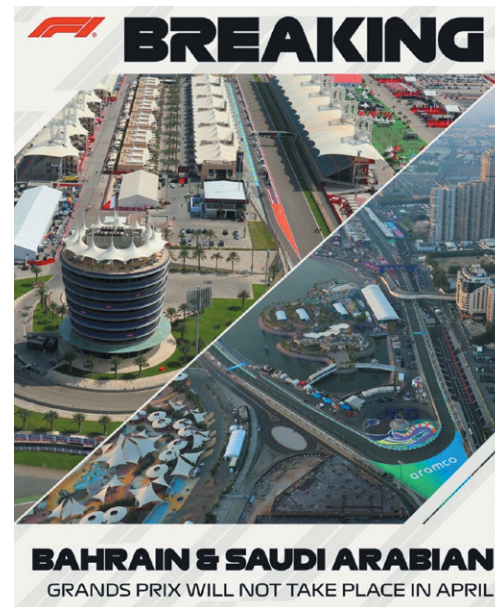
## Mudanças do regulamento oficial da F1

Segundo as normativas aplicadas a partir deste ano, o *Drag Reduction System* (DRS), o sistema de asa traseira móvel, foi substituído por um equipamento de asas dianteiras e traseiras totalmente móveis, capazes de alternar entre configurações de alta e baixa pressão para melhorar o desempenho dos carros em diferentes trechos da pista.

Além disso, os monopostos, termo usado para os carros da categoria, ficaram cerca de 30 kg mais leves, menores e mais ágeis, ao utilizarem pneus mais estreitos em rodas de 18 polegadas. A nova aerodinâmica ativa permite que os pilotos controlem o ângulo das asas, elevando a velocidade nas retas e a aderência nas curvas.

As mudanças também atingiram a unidade de potência. A parte elétrica dos motores ganhou mais importância e agora representa aproximadamente 50% da potência total dos carros, enquanto o combustível passou a ser 100% renovável, reforçando a meta da categoria de alcançar neutralidade de carbono até 2030. A FIA ainda implementou novas diretrizes para o gerenciamento de energia, incluindo impulsos de potência controlados e sistemas de segurança para largadas lentas.

Irã ataca Erbil no Iraque com mísseis e drones



Anúncio feito pela Fórmula 1 no Instagram comunicando o cancelamento dos GPs de Bahrein e da Arábia Saudita

Quando uma etapa é cancelada ou transferida para outra data, toda a logística construída pelas equipes precisa ser refeita. Ao alterar esse cronograma, surgem novas circunstâncias que deixam de estar sob controle dos organizadores, comprometendo desempenhos previstos e podem comprometer desempenhos importantes na disputa pelo campeonato. Qualquer mudança fora do planejamento original acaba se tornando motivo de preocupação para os engenheiros e pilotos no topo da tabela.

Além das consequências esportivas, os impactos também atingem a estrutura interna das empresas e transportadoras da modalidade. O transporte de equipamentos, o deslocamento de funcionários e os custos com combustível são diretamente afetados em períodos de conflito internacional.

Os principais patrocinadores da Fórmula 1 vêm de países petrolíferos, principalmente do Oriente Médio. Por conta desse investimento financeiro, existe forte interesse econômico na manutenção das etapas no Bahrein e na Arábia Saudita. "A guerra hoje reflete o interesse em manter provas lá, mas até que ponto o dinheiro vale o risco de comprometer toda a organização?", questiona Gabriel Alberto, apresentador do programa *Cola no Grid*, da Band, à reportagem.

A guerra também interfere no clima político dentro da federação responsável pelo campeonato, aumentando a pressão sobre pilotos e dirigentes. Durante uma temporada que já enfrentava dificuldades internas, a instabilidade causada pelo conflito aumentou os desafios de planejamento e adaptação da Fórmula 1 ao longo da temporada.



# Glória e Rejeição

A Internet de Tultahimitae e Heringer

Artur Maciel

Os mundos virtuais mudam rápido. A vida digital acelerou tudo na velocidade quase instantânea e a internet eliminou o que um dia julgamos ser factual. Ao diluir pessoas em pixels e códigos binários, foi lentamente se autodevorando até restar apenas o conceito de uma rede de computadores interconectados. Quem sabe, na verdade, a internet sequer exista.

Por isso meu incômodo e prazer ao me identificar durante a leitura de *O Feminista*. O conto abre o livro *Rejeição* de Tony Tultahimitae, a história de um esquerdo-macho lentamente se tornando um Incel. Um homem cercado por amigas e pela constante tentativa frustrada de se relacionar afetiva ou sexualmente com elas.

Esse fracasso o torna imediatamente humano para nós, leitores. Todos, eu espero, já escutamos “não” e falamos “tudo bem” quando obviamente não estava tudo bem. Os contínuos fracassos dele e sua desesperante inércia de não mudar sufocam.

O mesmo desvio de caráter aparece em Kant. Talvez o caso mais frustrante do livro seja o de um homem gay relativamente bem-sucedido, que começa a namorar e se frustra por vergonha de seus fetiches. Sair do armário não foi tão vergonhoso quanto seu desejo de ser dominador, mesmo sendo tímido. Ao ler o longo e maciço e-mail dele descrevendo sua fantasia sexual, entendemos o motivo.

É irritante gostar de personagens que se recusam a se ajudar, por vergonha ou por vício crônico na própria tristeza. Em uma tristeza online, viciada pela própria internet e pelos grupos da web. E pior ainda é se ver neles. A internet sempre foi vista assim? Não.

O café Aleph e o atelier Gloria, personagens de Glória, escrito por Victor Heringer, têm um ar de uma internet quase marginal, a mesma dos blogs, Orkut, WordPress, do IG. Hoje essa época é nostálgica, como a promessa de um futuro que nunca chegou. Esse mundo virtual tão desabitado foi ocupado por Heringer, que se reflete em suas obras como um espaço otimista, reconfortante. A mágica do café Aleph, um fórum virtual, simboliza-se aqui, onde pessoas reais conversam entre si usando heterônimos de grandes personagens. Benjamin, o protagonista, se torna Hecateu de Mileto.

Além do bairro carioca que nomeia o livro, o café é o espaço principal da trama. Para entrar, é preciso fazer um teste, no qual Benjamin se destaca. É lá onde o personagem conhece a segunda Paula. O espaço se torna tão familiar que Benjamin o expande com seu próprio ateliê, chamado de Studeo Glória.

O café Aleph tem regras, sendo uma delas não divulgar seu nome real. Há um contraste no mundo em que Hecateu é legal e divertido, e no outro em que Benjamin é sério e tímido. Depois da identidade de Hecateu ser revelada, o café começa a ser abandonado. Primeiro por Benjamin e depois pelos poucos que veem o fórum sendo deletado. Até que o site é atingido por um malware que revela os nomes verdadeiros dos usuários, em vez do heterônimo. E o espaço comum é destruído, transformando-os novamente em desconhecidos.

Rejeição mostra esse espaço como um reflexo. Em fotinhas, o grupo de mensagens se mostra frágil justamente por sua maleabilidade. Suas amigas, que vivem quase como personagens fictícios, agem na própria metalinguagem da internet: meme, piada, cinismo e apatia. Ao final do conto, vemos que elas são humanas e sofredoras. Mas, ao desumanizar os outros, elas também se desumanizam.

Essa obsessão pelo amor acontece no meio de Glória. Os dois fracassam, mas a perda de Alisson é física. Ela chegou ao fundo do poço e, nesse misto de ódio por si mesma e pelos outros, torna-se indiferente a tudo. Já Benjamin, depois de não conseguir voltar nem para Nathalia, nem para alguma das Paulas, pega um táxi e vai para o final da orla chorando.

Quando o conto de Alison termina, ela está voltando do casamento de Neil, bêbada, e não consegue se masturbar por estar com o vibrador sem bateria. Por sua dependência da tecnologia, fica

em um quarto sem ninguém. Sentimos dó dela, mesmo sabendo que, ao final, a culpa é dela.

Mas é? Antes de *Rejeição* se tornar pop, o livro sobre internet da vez era *A geração ansiosa*, de Jonathan Haidt. O autor argumenta que viramos vítimas da própria internet, que nos transforma e nos reduz a produtos, a viciados por atenção. Ou, nas palavras dele: “que nos aproximou do mundo e nos distanciou de nós”. Esse erro transparece em todos os contos de *Rejeição* e na totalidade de Glória.

Essa internet madura, que agora tem como participantes pessoas que nasceram junto dela, vê essa realidade com um olhar crítico e insólito. É triste ver os bullies da internet irem de trolls para redpill. Tony nunca foge dessa questão em seu livro: são misóginos, racistas e profundamente machistas, nada mais do que um espelho.

Talvez por suas múltiplas vidas na internet. Entre os dois livros há mais de dez anos e uma ecologia de comunicação. Anos de memes, vírus e ciclos. Aplicativos vindo, subcelebridades tendo seus cinco minutos de fama e sumindo para o esquecimento. Entre os dois livros, houve uma pandemia que prendeu quase toda a humanidade em casa com uma tela nos olhos. Glória apostou no otimismo; *Rejeição* mostrou o fracasso da comunicação.

Victor Heringer não viu o TikTok, nem a explosão das dancinhas. Era, no fim, um homem de seu tempo que soube descrever esse zeitgeist. Victor era muito ativo em suas redes sociais, tendo um site onde parte da trama de seus livros era debatida. Quando seu site foi desativado e seu Instagram teve os posts apagados, perdeu-se também uma grande coletânea de obras, que só podiam existir nesses espaços.

Mas, até o final, Heringer e Tultahimitae se encontram. Em ambos os casos, eles se colocam no próprio livro. Victor, como esse misto de narrador e personagem que nos conta um relato. Tony, como o personagem do qual o último conto, “rejeição”, é direcionado. Em ambos os casos, existe uma profunda digressão.

Até em seu fim há uma profunda ironia, de Heringer ao escrever “Desde que publiquei esse *Gloria*, em 2012, passaram-se 15 anos”. E Tony: “Embora tenhamos lido *Glória* com muito interesse, lamentamos informar que vamos recusá-la”. Tony, obviamente, publicou o livro. E Victor morreu muito antes dos 15 anos de Glória. Restam, então, dois retratos de uma internet impossível.

## Educando para serem humanos

Júlia Cabral Cury

**TODO MUNDO TEM MÃE, CERTO?** A literatura e a psicanálise mostram e demonstram a figura materna como o sol que orbita a formação de qualquer ser humano. Mas a verdade nua e crua nos mostra que a perfeição não está nos lares. Há mães que pelas mazelas da vida ficam impossibilitadas de cumprir este papel, seja emocionalmente ou fisicamente. Há aquelas arrancadas de perto pela necessidade e aquelas que escolhem o deserto da ausência. Ainda assim, a busca por essa referência materna, ou por quem assuma esse farol, permanece urgente para esculpir cidadãos capazes de empatia.

Não é um debate abstrato. Enquanto escrevo, os jornais sangram. O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública aponta 399 vítimas de feminicídio só no primeiro trimestre de 2026, a maioria abatida dentro de casa por quem prometera amor. Ecoando no abismo digital, movimentos como o “Red Pill” avançam vendendo a ilusão de um “despertar” onde o feminismo é o vilão e as mulheres são meros acessórios descartáveis de prazer. Relações saudáveis viram utopia em um mercado de afetos plastificados.

Como quebrar essa engrenagem que fabrica homens violentos e mulheres resignadas ao abuso? A resposta está no berço da infância. O psiquiatra Daniel Siegel explica em *O cérebro da criança*, que os pequenos espelham o cérebro dos pais. A saúde emocional dos adultos é o adubo para a saúde dos filhos.

Nos meus poucos anos de maternidade, percebo como o clima do lar dita o tom da música que a criança dançará. O respeito gera gentileza, o grito planta o espinho da agressividade.

Mudar essa frequência é um trabalho penoso num país sem modelos de relações saudáveis, onde tantos crescem sem afeto. Romper com a educação opressiva, herdada de gerações, cansa. O esgotamento do cotidiano nos convida a gritar, a punir, a repetir o roteiro antigo. Para piorar, quem tenta educar com inteligência emocional e autonomia costuma ser rotulado de “permissivo” por uma sociedade viciada na palmatória e no cabresto.

Mas insistir na mudança é o nosso único salvo-conduto para o futuro. Os adultos precisam ter a coragem de assumir as falhas e pedir desculpas diante dos filhos. É preciso enxergar a criança não como uma posse, mas como um ser independente, um cidadão que precisa aprender a respeitar o outro, independentemente de gênero, raça ou classe. Só quando humanizarmos o berço, conseguiremos pacificar a rua. Quem sabe assim finalmente o mundo se torne um lugar onde valha a pena viver.



Geraldo Cristal, cantor e compositor  
de reggae, segura um espelho pra  
que uma mulher possa se olhar.

Caixa D'Água, Salvador; 1991; Lázaro Roberto.

